

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT
GABINETE DA DIREÇÃO GERAL



**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO 2017**

Rio de Janeiro/2018



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 161/2017 e DN TCU nº 163/2017.

Rio de Janeiro/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS

TÉCNICAS APAR - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E

REABILITANDOS

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

CBO - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CCMI - COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING INSTITUCIONAL

CEFET – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

CEJA - CENTROS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CGU- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

CIS - COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CPPD - COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

CTA - CENTRO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS

DAE - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

DAL - DIVISÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS E DE LAZER

DCRH - DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DED - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEN - DIVISÃO DE ENSINO

DDI - DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFOMAÇÃO

DIB - DIVISÃO DE IMPRENSA BRAILLE

DMP - DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DMR - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS MÉDICAS E DE REABILITAÇÃO

DOA - DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

DOE - DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, PSCICOLÓGICA E

FONOAUDIOLÓGICA DOF - DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO

ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DP - DIVISÃO DE PESSOAL

DPA - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

DPME - DIVISÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPECIALIZADO

DPMO - DIVISÃO DE PESQUISA E ATENDIMENTO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E NUTRICIONAL

DRT - DIVISÃO DE REABILITAÇÃO, PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL

DSG - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

DTE - DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

EBSERH – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

E-SIC – SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

IBC - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

IFE – INSTITUTO FEDERAL DE ENSINO

IFRJ - INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

IN - INSTRUÇÃO NORMATIVA

INEPAC - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

NUCAPE - NÚCLEO DE CAPACITAÇÃO E EMPREGABILIDADE

OJS- OPEN JOURNAL SYSTEM

OM – ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

PDI- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PES - PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

PFS – PROGRAMAÇÕES FINANCEIRAS

PPA- PLANO PLURIANUAL

RSC – RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS

RT – RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO

SECADI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

SEEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

SIADS - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS

SIDOC – SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

SIGA- EDU – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA EDUCACIONAL

SUSIBC- SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLE

SPIUNET - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

SPO - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SPU - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

UERJ – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UJ - UNIDADE JURISDICIONADA

SUMÁRIO

2 - APRESENTAÇÃO -	8
3 - VISÃO GERAL	10
Finalidade e Competências	11
Normas e e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	11
Organograma	13
Macroprocessos finalísticos	16
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	19
Planejamento Organizacional	19
Descrição sintética dos objetivos do exercício	19
Estágio de implementação do planejamento estratégico	20
Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	20
Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	20
Desempenho Orçamentário	21
Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	28
Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	35
Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	35
Restos a pagar de exercícios anteriores	36
Execução descentralizada com transferência de recursos	36
Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	36
Informações sobre a execução das despesas	37
Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	43
Desempenho operacional	43
Renúncia de receitas	43
Apresentação e análise de indicadores de desempenho	43
5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	56
Descrição das estruturas de governança	56
Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	57
Gestão de riscos e controles internos	57
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	58
Gestão de pessoas	58
Estrutura de pessoal da unidade	58
Demonstrativo das despesas com pessoal	60
Gestão de riscos relacionados ao pessoal	61
Contratação de pessoal de apoio e de	61

Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais _____	62
Gestão do patrimônio e infraestrutura _____	69
Gestão da frota de veículos _____	69
<hr/>	
Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições _____	
Gestão do patrimônio imobiliário da União _____	72
Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas _____	76
Informações sobre imóveis locados de terceiros _____	76
Gestão da tecnologia da informação _____	76
Principais sistemas de informações _____	77
Gestão ambiental e sustentabilidade _____	79
Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras _____	80
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE _____	81
Canais de acesso do cidadão _____	81
Carta de Serviços ao Cidadão _____	82
Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários _____	82
Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade _____	83
Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações _____	83
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS _____	86
Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos _____	86
Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade _____	125
Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas _____	125
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE _____	126
Tratamento de determinações e recomendações do TCU _____	126
Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno _____	126
Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário _____	126
Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 _____	126
Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento _____	126
Informações sobre ações de publicidade e propaganda _____	126
10- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO _____	127

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Instituto Benjamin Constant - IBC, exercício 2017, foi elaborado de acordo com os normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

O Instituto Benjamin Constant continuou no cumprimento de sua missão institucional e regimental, prosseguindo em suas ações finalísticas como: educar, reabilitar, promover a prevenção da cegueira, produzir e disseminar conhecimento, criar e distribuir impressos em Braille e material didático especializado em diferentes áreas, preparar para a inserção e reinserção da pessoa com deficiência visual no mundo do trabalho, preparar atletas de alto rendimento, qualificar docentes e profissionais técnicos na área da deficiência visual, incrementar pesquisas no campo da cegueira e da baixa visão e promover a ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiências múltiplas, dificuldades de aprendizagem e surdocegueira.

Iniciamos o ano de 2017 com diversas reuniões em Brasília, na Secretaria de Educação Superior do MEC e na CAPES para que pudéssemos estruturar, no IBC, o curso de Mestrado Profissional na área da deficiência visual que aguarda a aprovação das ampliações das competências institucionais do IBC para ser enviado para aprovação dos órgãos competentes. Tal ampliação de competências do Instituto Benjamin Constant, encontra-se no Gabinete do Ministro de Estado da Educação para publicação de portaria.

A ação de prevenção à cegueira teve que ser, mais uma vez, reorganizada no ano de 2017. Não houve a entrada de novos Residentes, R1, por conta das dificuldades encontradas para obtenção de recursos humanos para atuarem diretamente no Programa de Residência Médica. Durante o exercício contamos com 11 Médicos Residentes, 06 R3 e 05 R2. Os desafios deste ano, contudo, não foram impeditivos para que conseguíssemos formar mais uma turma de Médicos Residentes no Programa de Residência Médica do IBC. Durante o ano, estivemos em constante contato com o Ministério da Educação para que as dificuldades pudessem ser sanadas.

A Secretaria de Ensino Superior e a Secretaria Executiva, do MEC, receberam as demandas e estão tratando do assunto em conjunto com a Direção-Geral deste Instituto. Através do Programa de Residência Médica em Oftalmologia atendemos 8.553 pessoas, realizamos 1.498 cirurgias e aplicamos 537 injeções intravítreas

Atrelados ao tripé, inerente à carreira de nosso corpo docente, Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, buscamos o ensino, a pesquisa e a extensão, acrescentando a nossa expertise na produção técnica especializada, a fim de darmos melhores condições de vida e uma possibilidade real de inclusão, para a criança, o jovem, o adulto e o idoso com deficiência da visão.

Na ação Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica tivemos um total de 861 alunos matriculados. Nossos alunos participaram de eventos, palestras, exposições, apresentações de teatro, apresentações musicais e competições esportivas.

Contaram ainda com os atendimentos e serviços das Coordenações de Nutrição, Baixa Visão, e Enfermagem, da Odontologia, da Clínica de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Psicologia. Encaminhamos 11 alunos para o mercado de trabalho através do NUCAPE. Foram atendidos 352 reabilitandos. O Centro de Terapias Alternativas - CTA, teve 64 participantes em cursos oferecidos. O Programa de Atendimento e Apoio ao Surdocego contou com 9 participantes.

Desenvolvemos e distribuimos para todo o Brasil 17.612 recursos didáticos especializados. Desenvolvemos junto com o MEC/FNDE mais um projeto de adaptação e distribuição de livros em Braille; foram produzidos 20 títulos didáticos em Braille, do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, do Programa Nacional do Livro Didático, chegando a um total de 2.9656 cópias em Braille. Imprimimos e distribuimos ainda 48.041 títulos em Braille e transcrevemos 180 novos títulos para o Sistema Braille. Capacitamos 773 profissionais na área da deficiência visual, através dos 52 cursos/oficinas oferecidos presencialmente e a distância. Realizamos 24 eventos de capacitação por solicitação de outras instituições com 543 pessoas certificadas. Tivemos 485 servidores capacitados de acordo com a demanda recebida. Tivemos ainda a participação de 21 servidores em 21 eventos externos como apresentação de palestra, mesa redonda, e outros, com presença de 1840 participantes, sem emissão de certificado. Foram realizados 05 eventos, com a participação total de 673 pessoas: IV Seminário Conectando Conhecimentos - Tema: “Desafios na formação e capacitação de professores da educação especial e inclusiva na área da deficiência visual”; V Seminário Conectando Conhecimentos - Tema: “Políticas Públicas de Inclusão Educacional da Pessoa com

Deficiência”; Os CAPs em Rede - Encontro Nacional de Formação Continuada para os Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência; Colóquio Múltiplos olhares sobre a surdocegueira - Tema: “A síndrome de Usher”; II Jornada Científica do Centro de Estudos e Pesquisa.

A Revista Benjamin Constant passou por nova avaliação da CAPES que manteve a qualificação Qualis B2 em ensino e B4 em educação. Houve o início da migração para o Software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas OJS (Open Journal System). Publicação online do volume 01 da edição 59 da revista Benjamin Constant. Foram ainda orientados 74 pesquisadores e 30 novas pesquisas foram cadastradas.

A Comissão de Acessibilidade atuou junto a Coordenação de Manutenção do IBC na adequação dos espaços institucionais; prestou assessoria e orientou às instituições públicas e privadas que nos procuram; ministrou cursos e palestras, participou de eventos e promoveu junto aos funcionários terceirizados do IBC capacitação para melhor atenderem às pessoas com deficiência visual.

A Comissão de áudio-descrição transformou-se em uma coordenação do Departamento Técnico Especializado tendo assim condições para se reestruturar e se organizar no Departamento responsável pela produção especializada do IBC. Desta forma, a nova coordenação continuou auxiliando na comunicação e acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Atuou em eventos internos e prestou assessorias externas.

O novo site institucional continua está no ar, alimentado por novas atualizações que permitirão a todos um retrato de nossa instituição, assim como acesso a diferentes serviços. Estamos trabalhando na implementação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, que irá permitir a tramitação eletrônica de todos os processos da instituição.

Destacamos ainda a visita do Exmo. Ministro de Estado da Educação em outubro de 2017. A partir de uma visita pelo IBC o Ministro pode conhecer nossos espaços e nossas ações, assim como perceber nossas dificuldades. A partir desta visita ficou acertado que o IBC vai, através de um convênio com a EBSEH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e a UNIRIO, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, receber os recursos humanos necessários para retomar sua residência médica em oftalmologia, fazendo, já em 2017, seleção de novos residentes para 2018. O IBC também fará requisição do MEC para ampliação de competências, não somente no campo da pós-graduação, mas também no campo do ensino médio profissionalizante, o que foi aprovado pelo Conselho Diretor e seguiu para o MEC, conforme solicitação do Ministro. Desta forma, aguardamos a provação de nosso crescimento, como instituição de formação em nível médio profissional e em nível de pós-graduação e pesquisa, subsidiando a formação docente em nosso país, carente de formação para garantir um atendimento digno ao aluno com deficiência da visão.

As dificuldades encontradas pela UJ para a realização de suas metas no exercício de 2017 ainda é seu quadro de pessoal. Os concursos realizados não contemplaram todos os cargos solicitados. Nos últimos anos houve um crescimento no número de matrículas de crianças que apresentam síndromes diversas, aliadas à deficiência da visão, que necessitam de atendimento altamente especializado, por isto, fomos obrigados a recorrer à terceirização, que precisou ser diminuída em 2017 para reorganização de nossas contas. São carreiras que não compõem o nosso quadro efetivo, mas são fundamentais para o desenvolvimento de nossos alunos. Portanto, existindo a premência de se criarem novos cargos para o IBC. É urgente a contratação de profissionais especializados para atenderem esta crescente demanda.

No exercício de 2017 investimos na refrigeração dos espaços educacionais e administrativos. Houve ainda a necessidade de restauro da cobertura (telhado) do prédio do Departamento Técnico Especializado. Demos início ao processo de reconstrução da passarela do prédio do Departamento Técnico Especializado, restauro estrutural do corpo avançado e a readequação da rede elétrica do prédio principal do IBC. Obras de suma importância para a preservação do prédio e segurança de todos.

O Instituto Benjamin Constant precisa crescer. Nossas ações ramificam-se por todos os níveis de ensino, o que vai garantir que possamos atuar de forma sólida na pesquisa e na formação de profissionais para atuarem na área da deficiência visual.

3- VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Identificação da Unidade

IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATORIO DE GESTÃO

INDIVIDUAL Poder e Órgão de Vinculação

Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Educação Código SIORG: 00244

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Instituto Benjamin Constant

Denominação abreviada: IBC

Código SIORG: 00251 Código LOA 26105 Código SIAFI 152004

Natureza Jurídica: Órgão Público Principal Atividade: Ensino Fundamental Especializado

Código CNAE: Grupo 8513 CNPJ: 00394.445/0272-12-9 /00

Telefones/Fax de contato: (021) 3478-4440 (021) 3478-4442 (021) 3478-4438 Fax :(021) 3478-4444 Endereço

eletrônico: dirgeral@ibc.gov.br Página da Internet: <http://www.ibc.gov.br>

Endereço Postal: Avenida Pasteur, N° 350/368 - Botafogo - Rio de Janeiro -

RJ - CEP: 22290-250

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Decreto Imperial n° 1428 de 12 de setembro de 1854, com denominação dada pelo Decreto n° 1320 de 24 de janeiro de 1891.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade

Jurisdicionada Portaria n° 325 de 17 de abril de 1998 - Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant

Publicação no DOU do Regimento Interno: 22 de abril de 1998

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade

Jurisdicionada -Não houve

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI Nome

Não se aplica à natureza da UJ

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI Nome

Não se aplica à natureza da UJ

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI

da Gestão - Não se aplica à natureza da UJ

3.2 Finalidade e Competências

O Instituto Benjamin Constant tem por finalidades essenciais: educação e reabilitação das pessoas com deficiência visual (cegos, baixa visão, com múltiplas deficiências ou surdocegueira), criar e distribuir impressos em Braille e de Baixa visão e material didático especializado em diferentes áreas, a capacitação de recursos humanos nas áreas: pedagógica, reabilitacional e médico-oftalmológica, o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da deficiência visual, a construção e a difusão do conhecimento, o apoio técnico ao sistema de ensino em âmbito nacional, preparar atletas de alto rendimento, preparar a pessoa cega ou com baixa visão para a inserção ou reinserção no mundo do trabalho, qualificar docentes e profissionais técnicos na área da deficiência visual em todo o país, a prevenção às causas da cegueira, promover a ascensão social e humana de grupos de alunos com deficiências múltiplas, dificuldades de aprendizagem e surdocegueira.

MISSÃO: Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa com deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e iguais de um efetivo exercício da cidadania.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A partir do Regimento Interno do Instituto Benjamin Constant, publicado através da Portaria nº 325 de 17 de setembro de 1998, o IBC passou a funcionar de acordo com as normas criadas e regulamentadas por seu Regimento Interno. Durante o período de vigência efetuaram-se duas alterações: Portaria nº 1337, de 3 de dezembro de 1998 e a Portaria nº 1066, de 10 de novembro de 2008.

3.4 - Breve Histórico do Órgão

Em 12 de setembro de 1854, o Imperador D. Pedro II cria através do Decreto 1428 o Imperial Instituto dos

Meninos Cegos, primeira Instituição Educacional para cegos na América Latina.

Cinco dias após, em 17 de setembro, realiza-se a inauguração solene do Órgão. A partir dessa data, o cego brasileiro vê iniciada sua trajetória nas esferas educacional, social e cultural. O pioneirismo sempre foi a marca que conferiu e ainda confere a esta Instituição, seu poder de crescimento e permanência.

Em 1889, com a Proclamação da República em 15 de novembro, o Imperial Instituto passa a chamar-se Instituto Nacional dos Cegos. Em janeiro de 1891 com a morte de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, uma das figuras mais importantes de sua história, já que por oito anos foi Professor de Matemática e por 20 anos seu Diretor Geral, o antigo Instituto ganha seu nome: Instituto Benjamin Constant.

O velho prédio da Praia Vermelha nasce pela força do ideal de um jovem cego: José Alvares de Azevedo, primeiro cego brasileiro a estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris e de lá, trás as ideias revolucionárias que forjam o primeiro núcleo de inclusão e cidadania do Brasil - A Educação Especial.

3.5 Ambiente de atuação

O Instituto Benjamin Constant é uma Instituição especializada na educação global da pessoa com deficiência visual (pessoas cegas ou com baixa visão). Atuamos num ambiente eminentemente educacional, assim, não temos como interlocutores empresas, temos interfaces com secretarias de educação, escolas públicas e privadas no âmbito da acessibilidade, prestamos assessoramento a escolas, empresas de diferentes naturezas,

ampliando e favorecendo o acesso da pessoa cega ou com baixa visão em ambientes educativos, bem como em ambientes ligados ao mundo do trabalho. A abrangência de nossa atuação é única dentro do cenário da educação brasileira.

Em parceria com o Instituto Federal de Ciência e tecnologia do Rio de Janeiro oferecemos formação técnica em massoterapia para pessoas cegas e com baixa visão.

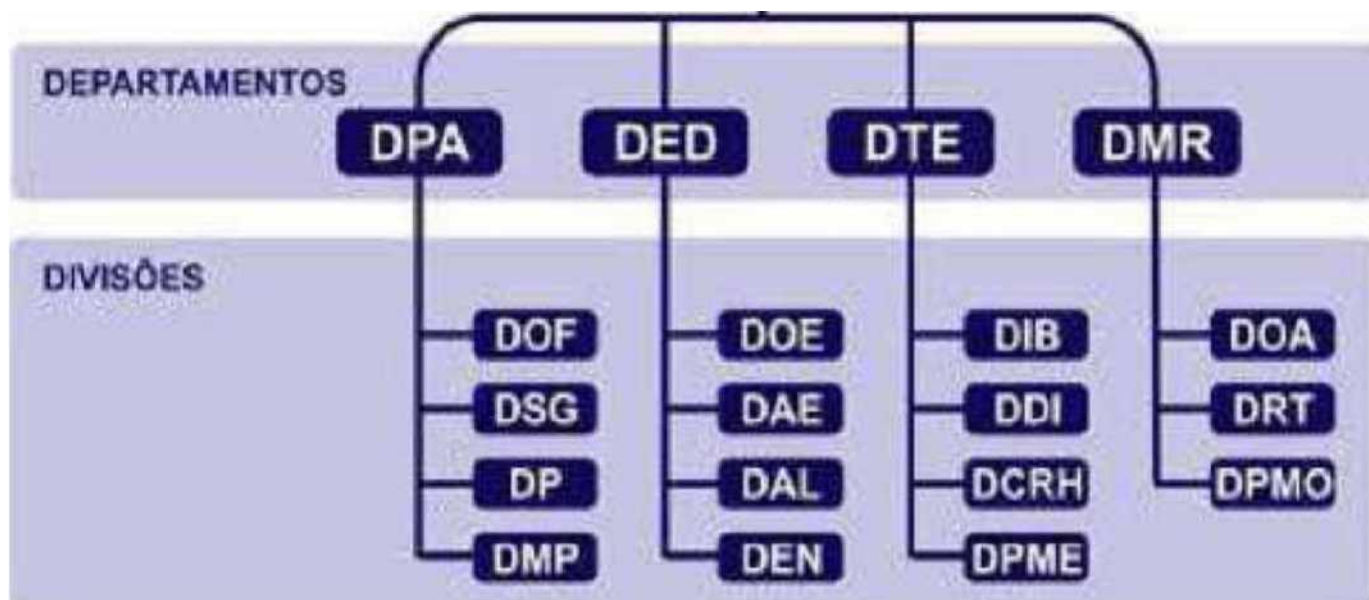
Nossos produtos referem-se à produção e disseminação do conhecimento. Publicamos livros e revistas; pesquisamos e confeccionamos materiais didáticos especializados que possibilitam o acesso de crianças e jovens a diferentes saberes. A capacitação de docentes e técnicos através dos cursos ofertados pelo IBC são vias de acesso para esses profissionais que, em cadeia, abrem caminhos para o acesso de crianças e jovens em todo território nacional. O IBC através de um Programa de Residência Médica em Oftalmologia atua nas causas da prevenção à cegueira e na formação de médicos especialistas na área oftalmológica.

Não militamos no campo dos negócios, uma vez que somos uma entidade pública educacional. Nossas iniciativas e ações visam ao desenvolvimento intelectual social e humano do indivíduo com deficiência visual.

Avançamos nos últimos anos amparados pela Lei 10.098/2000 pelo Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT. Tal aporte legal e humanístico abriu novas perspectivas embora tenhamos plena consciência de que ainda há muito a fazer. O Instituto Benjamin Constant encontra-se no Rio de Janeiro; busca cumprir seu papel, ampliando seu raio de ação.

Entretanto, o Brasil revela pontos nevrálgicos a serem atacados. A acessibilidade não pode ser vista apenas pelo ângulo da Lei, mas dentro de uma visão humanística que revele a verdadeira essência do direito.

3.6-Organograma Funcional



QUADRO - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de
DIRETOR GERAL	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e serviços do IBC, através dos departamentos, fazendo com que haja uma unidade entre as partes para que se efetive de fato as condições de dirigibilidade; representar o IBC na forma da legislação vigente.	João Ricardo Melo Figueiredo	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2017 a 31/12/2017
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- DED	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades técnico- pedagógicas promovendo a ascensão intelectual, social do educando, oferecendo-lhe a oportunidade de vivenciar a arte, a cultura, o esporte e o lazer formando assim, um indivíduo integral.	Paulo Augusto da Costa Rodrigues	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2017
DEPARTAMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO- DTE	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de produção braile, material para baixa visão, material didático especializado; disseminação do conhecimento (estudos e pesquisas na área da deficiência visual); capacitação dos servidores técnico-administrativos e docentes do IBC, no Programa de Capacitação, bem como Professores e profissionais que atuam em todo o país no campo da deficiência da visão.	Ana Luisa Mello de Araújo	Técnico em Assuntos Educaçãoais	01/01/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS - PESQUISAS MÉDICAS E REABILITAÇÃO DMR	<p>Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades atinentes ao processo de reabilitação de jovens e adultos; promover ainda o atendimento ao surdocego, inserindo-o, o mais possível, na família e na sociedade oferecer atendimento oftalmológico ambulatorial e cirúrgico através de campanhas no Programa de Prevenção à cegueira; possui uma residência Médica credenciada pelo MEC formando a cada ano, 06</p> <p>Especialistas em Oftalmologia; ofertar cursos de capacitação profissional, inclusive, o Curso Técnico em Massoterapia.</p>	Rosane de Menezes Pereira	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	01/01/2017 a 31/12/2017
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-DPA	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas de pessoal, financeiras, patrimônio, licitações, manutenção e obras.	Maria Odete Santos Duarte	Assistente em Administração	01/01/2017 a 31/12/2017

3.7- Macroprocessos Finalísticos

No quadro abaixo apresentamos os principais macroprocessos finalísticos do IBC, cujo objetivo é ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual, buscando através de formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência de deficiência visual na população brasileira.

Quadro - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
ENSINO	Processos de ensino aprendizagem; Melhoria da qualidade da gestão de ensino; Desenvolvimento, aperfeiçoamento e implantação de projetos pedagógicos; Promoção de formas alternativas de ensino	Estimulação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1° ao 5° ano) e Ensino Fundamental II (6° ao 9° ano).	Alunos	Departamento de Educação - DED
	Curso técnico em massoterapia; Promoção de atividades de reabilitação de jovens e adultos com deficiência visual e surdocegueira;	Capacitar e promover sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho	Alunos Reabilitandos e Surdocegos	Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação- DMR

EXTENSÃO	<p>Qualificação dos profissionais docentes e técnicos, em nível nacional, nas áreas voltadas ao atendimento da pessoa com deficiência visual</p> <p>Promoção e integração das diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento de cursos de formação;</p>	<p>Qualificação do Profissional para atender ao alunado com deficiência visual promovendo sua inclusão educacional e social</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica</p>	<p>Departamento Técnico Especializado -DTE</p>
	<p>Promoção de ações de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional da pessoa com deficiência visual e surdocegueira</p>	<p>Capacitar e promover sua reinserção na sociedade e no mundo do trabalho</p>	<p>Alunos Reabilitandos e Surdocegos</p>	<p>Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação-DMR</p>

PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO	<p>Apoio às atividades de pesquisa para manutenção de programas, projetos e grupos de Pesquisa;</p> <p>Especialização na área educacional (pós-graduação lato sensu) ;</p> <p>Incentivo ao desenvolvimento de redes de pesquisa;</p> <p>Produção e divulgação de estudos e pesquisas científicas, na área da deficiência visual</p> <p>Disseminação da cultura e busca de registro de patentes</p> <p>Implementação de programas de avaliação da pesquisa e divulgação da produção científica</p>	<p>Capacitação profissional, disseminação do conhecimento, a busca de novos caminhos e mecanismos pedagógicos e linhas de pensamento na área da educação inclusiva;</p>	<p>Professores e Profissionais do IBC e das redes de Educação Básica e Superior</p>	<p>Departamento Técnico Especializado-DTE</p>
	<p>Especialização na área oftalmológica (residência médica).</p> <p>Apoio às atividades de pesquisa para manutenção do Programa de Residência Médica em Oftalmologia.</p> <p>Produção de estudos e pesquisas na área da oftalmologia</p>	<p>Capacitação de especialistas atuando na prevenção à cegueira</p>	<p>Médicos residentes</p>	<p>Departamento de Estudos e Pesquisas</p> <p>Médicas e de Reabilitação-DMR</p>

4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1- Planejamento Organizacional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IBC encontra-se em fase de finalização, adequando-o, verdadeiramente aos anseios e necessidades do público atendido por esta instituição, observando a crescente demanda proveniente das mudanças que se fazem cada vez mais vertiginosas em nossa sociedade. A diversidade de competências, inserida no Regimento Interno, faz com que tenhamos um largo espectro de interesses, atendimentos e serviços, que vai desde o atendimento à Estimulação Precoce, da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental I e II, processo de reabilitação de jovens e adultos, promove a prevenção da cegueira, viabiliza a produção de conhecimento, dissemina métodos e técnicas de ensino, produz impressos em Braille, formato ampliado e material didático especializado, capacita profissionais na área da deficiência da visão, presta assessoria tecnicopedagógica, promove e incrementa pesquisas nas áreas educacional, reabilitacional, artístico-cultural, esportiva e oftalmológica, entre muitos outros atendimentos e serviços. Através do PDI, temos o desenho do perfil de uma instituição multifacetada cujo pioneirismo, em várias áreas, proporciona a inclusão da pessoa com deficiência visual no Sistema Educacional Brasileiro, tornando-o uma referência nas questões concernentes à deficiência visual.

O Instituto Benjamin Constant guarda em si a história da Educação Especial não só do Brasil, mas da América Latina. Sua relevância não está circunscrita ao município do Rio de Janeiro, mas tem reconhecimento nacional e internacional.

O Instituto Benjamin Constant como Centro de Referência Nacional na Área da Deficiência Visual, precisa, cada vez mais, atuar e apoiar os mais diversos estabelecimentos de ensino seja público ou privado, para a efetivação de uma inclusão de fato do aluno com deficiência visual em todo o País. Vale ressaltar que o IBC dentro de suas competências regimentais realiza: ações de produção e distribuição de material especializado para todo o território Nacional e países de língua portuguesa, cursos itinerantes de capacitação de professores e profissionais da área de educação em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e promove campanhas de prevenção à cegueira junto as escolas do Estado do Rio de Janeiro. A Direção do IBC incentiva, através da Divisão de Capacitação de Recursos Humanos, os servidores a se capacitarem através dos diversos cursos nas áreas de interesse da instituição, visando o melhor desempenho de suas atividades laborais.

4.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano de atuação elaborado para o exercício de 2016 foi construído baseado nos seguintes objetivos e metas:

- Atingir as metas físicas e financeiras estipuladas no PPA 2016/2019.
- Reestruturar nossas competências regimentais, a partir da reformulação de nosso Regimento Interno, em andamento.
- Ampliar as parcerias com Instituições Públicas e Privadas;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas a ampliação e adequação, em âmbito nacional, das possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual;
- Buscar, através da formação de recursos humanos, de estudos e pesquisas, de campanhas de prevenção às causas da cegueira e de atendimento ambulatorial e cirúrgico, a diminuição da incidência da deficiência visual na população brasileira;
- Produzir material especializado, impressos em Braille e formato ampliado, apoiando o processo educacional e a inclusão da pessoa com deficiência visual em todo território nacional;
- Produzir e distribuir publicações técnico-científicas, disseminando o conhecimento na

área da deficiência visual, com o objetivo de dar maior qualidade ao atendimento educacional especializado oferecido à pessoa com deficiência visual, em todas as esferas.

- Promover e desenvolver pesquisas no âmbito de todas as áreas de atuação do IBC.

4.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico

Para atender as demandas e necessidades da sociedade contemporânea, que, cada vez mais, torna-se mais competitiva e tecnológica, este Plano visa conter propostas de ampliação e faz projeções que poderão cobrir as várias possibilidades apontadas no conjunto das ideias desenvolvidas neste planejamento estratégico que é educar, reabilitar, capacitar, disseminar o conhecimento, incrementar a pesquisa, produzir e distribuir material especializado além de prevenir as causas da cegueira.

4.1.3 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento estratégico está vinculado as competências de nossa instituição apresentadas abaixo e seus desdobramentos:

- MISSÃO:** Educar, reabilitar e profissionalizar a pessoa com deficiência visual, em âmbito nacional, buscando dar condições plenas e igualitárias de um efetivo exercício da cidadania.
- VISÃO:** Exercer e ampliar suas finalidades como Centro de Referência Nacional nas questões vinculadas à deficiência visual, buscando atuar cada vez mais na produção e difusão do conhecimento, na pesquisa, na capacitação de recursos humanos e no apoio técnico prestado em âmbito nacional.
- OBJETIVOS:**
 - Ampliar e adequar, em âmbito nacional, as possibilidades educacionais, reabilitacionais e profissionais para pessoas com deficiência visual.
 - Oferecer formação de recursos humanos, estudos e pesquisas na área da deficiência visual
 - Promover campanhas para a prevenção às causas da cegueira
 - Ofertar a sociedade atendimento oftalmológico ambulatorial e cirúrgico, visando a diminuição da incidência de deficiência visual na população.

4.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.

Os resultados são aferidos através das metas alcançadas nas ações do PPA nos relatórios apresentados pelos Departamentos.

Os objetivos estabelecidos no PPA do IBC são: Ensino, Reabilitação, Pesquisa, Capacitação de Recursos Humanos, Difusão da Informação, Prevenção às Causas da Cegueira, Construção da Consciência acerca das questões atinentes a Deficiência Visual e suas implicações educacionais, culturais, sociais e humanas, Produção de Material Especializado e de Textos Impressos no Sistema Braille e formato ampliado.

Para mensurar os resultados alcançados nas ações gerais e específicas o IBC utiliza indicadores de desempenho, que serão demonstrados no item 4.9 bem como ferramentas de controle e verificação apresentados pelos departamentos através dos relatórios.

4.3 - Desempenho Orçamentário

Programa: 2080 – Educação de Qualidade para Todos

Ação: 20RI – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

- 12368208020RI0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

- **Outras Despesas Correntes:**

- dotação inicial: **R\$20.972.865,00**

- **dotação utilizada:** R\$20.972.865,00...**realizado:**R\$20.540.311,51...**saldo:**R\$ 432.553,49

Percentual realizado:97,94%

Percentual não realizado:02,06%

- **Investimentos:**

- dotação inicial: **R\$2.002.547,00**

- **dotação utilizada:** R\$2.002.547,00....**realizado:**R\$ 1.784.326,99.....**saldo:**R\$ 218.220,01

Percentual realizado:89,10%

Percentual não realizado:10,90%

Ação: 00P1 – Apoio à Residência Em Saúde

- 12364208000P10001 – Apoio à Residência Em Saúde

- **Outras Despesas Correntes:**

- dotação inicial: **R\$ 935.546,00**

- **dotação utilizada:**R\$ 935.546,00.....**realizado:**R\$ 644.237,09.....**saldo:**R\$ 291.308,91

Percentual realizado:68,86%

Percentual não realizado:31,14%

Programa: 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Ação: 20TP – Pessoal Ativo da União

12368210920TP0033 – Pagamento de Pessoal Ativo da União

- **Pessoal:**

- dotação inicial:**R\$22.369.412,00**

- suplementação:**R\$10.291.515,00.....total:..R\$32.660.927,00**

- **dotação inicial utilizada:**R\$22.369.412,00...**realizado:**R\$21.365.045,81...**saldo:**R\$ 1.004.366,16

- **suplementação:**R\$10.291.515,00.....**realizado:**R\$ 9.571.547,22.....**saldo:**R\$ 719.967,78

- **total:****R\$32.660.927,00****realizado:**R\$30.936.593,03.....**saldo:**R\$ 1.724.333,97

Percentual realizado:94,72%

Percentual não realizado:05,28%

Ação: 09HB – Contribuição da União para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

- 1212210909HB0033 – Contribuição da União para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

- **encargos sociais:**

- **dotação inicial:**R\$4.608.240,00

- **suplementação:**R\$1.789.180,00.....**total:****R\$6.397.420,00**

- **dotação inicial utilizada:**R\$4.608.240,00.....**realizado:**R\$4.608.240,00.....**saldo:**R\$ -0-

- **suplementação:**R\$1.789.180,00.....**realizado:**R\$ 675.212,96.....**saldo:**R\$ 1.113.967,04

- **total:**.....**R\$6.397.420,00**.....**realizado:**R\$5.283.452,96.....**saldo:**R\$ 1.113.967,04

Percentual realizado:82,59%

Percentual não realizado:17,41%

Ação: 216H* – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

- 121222109216H0033* - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

- **Outras Despesas Correntes:**

- **dotação inicial:****R\$10.715,00**

- **dotação utilizada:**R\$10.715,00.....**realizado:**R\$ -0-**saldo:**R\$10.715,00

Percentual realizado: -0-

Percentual não realizado:100%

*Incluída após a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2016 - (Lei n.º 13.242, de 30/12/2015), na Lei Orçamentária Anual LOA - LOA OA - (Lei n.º 13.255, de 14/01/2016).

OBS.: com a inclusão talvez por engano desta ação, foi retirada a ação destinada a Exames Periódicos Ação:2004, que informado, com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO que caso fosse utilizado (exame periódicos), teríamos que fazer remanejamento da então ação: 2004 - assistência Médica aos Servidores e Empregados, para então exame periódicos, e que conforme debatido, não haveria possibilidade, pois conforme abaixo observado, não haveria como, e alegado a impossibilidade de permutada da ação acima mencionada pela a que realmente faz falta a este órgão.

Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados Militares e seus Dependentes

- 12301210920040033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

Plano Orçamentário: 001 - Assistência Médica e Odontológica de Civis.

- Outras Despesas Correntes:

- dotação inicial:.....R\$586.932,00

- cancelamento para remanejamento:-R\$ 40.000,00*.....R\$546.932,00

- suplementação:.....R\$ 28.016,00.....**R\$574.948,00**

- dotação inicial utilizada: R\$546.932,00.....realizado:R\$546.824,68.....saldo:R\$ 107,32

- suplementação: R\$ 28.016,00.....realizado:R\$ 25.419,47.....saldo:R\$ 2.596,53

Total: R\$574.948,00.....realizado:R\$572.244,15.....saldo:R\$ 2.703,85

Percentual realizado:99,52%

Percentual não realizado:00,48%

*A presente ação, conforme exposto acima, teve um cancelamento de R\$40.000,00 visando atender ao pagamento da ação destinada ao EXAME PERIÓDICO, e transformada em exercícios anteriores, por trata-se de despesa justamente do exercício de 2016, e conforme demonstrado abaixo:

Plano Orçamentário: 002 - Exames Periódicos Civis.

- Outras Despesas Correntes:

- valor remanejado:R\$40.000,00.....realizado:R\$22.835,35.....saldo:R\$ 17.164,65

Percentual realizado:57,09%

Percentual não realizado:42,91%

Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

- 12331210920100033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

- Outras Despesas Correntes:

- dotação inicial:R\$102.132,00

- suplementação:R\$ 34.858,00.....**R\$136.990,00**

- dotação inicial utilizada:R\$102.132,00.....realizado:R\$ 100.974,65.....saldo:R\$ 1.157,35

- suplementação:R\$34.858,00.....realizado:R\$ 32.860,95.....saldo:R\$ 1.997,05

-total:R\$136.990,00.....realizado:R\$133.835,60.....saldo:R\$ 3.154,40

Percentual realizado:97,69%

Percentual não realizado:02,31%

Ação: 2011 - Auxílio - Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- 12331210920110033 - Auxílio - Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- Outras Despesas Correntes:

- dotação inicial:R\$497.364,00

- dotação utilizada:R\$497.364,00.....realizado:R\$467.751,97.....saldo:R\$ 29.612,03

Percentual realizado:94,04%

Percentual não realizado:05,96%

Ação: 2012 - Auxílio - Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- 123312010920120033 - Auxílio - Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

- Outras Despesas Correntes:

- dotação inicial:R\$1.692.768,00

- dotação utilizada: R\$1.692.768,00.....realizado:R\$1.471.731,50.....saldo:R\$ 221.036,50

Percentual realizado: 86,94%

Percentual não realizado: 13,06%

Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

- 12128210945720033 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

- Outras Despesas Correntes:

- **dotação inicial: R\$378.419,00**

- **dotação utilizada: R\$378.419,00.....realizado:R\$49.269,97.....saldo:R\$ 329.149,03**

Percentual realizado:13,02%

Percentual não realizado:86,98%

Ação: 00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio – Funeral e Natalidade

- 12331210900M10033 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio – Funeral e Natalidade

- Outras Despesas Correntes:

- **dotação inicial:R\$55.572,00**

- **dotação utilizada:R\$55.572,00.....realizado:R\$32.574,93.....saldo:R\$ 22.997,07**

Percentual realizado:58,62%

Percentual não realizado:41,38%

Programa: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ação: 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

- 09272008901810033 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

- Pessoal:

- **dotação inicial:R\$32.401.688,00**

-**suplementação:R\$ 1.602.331,00.....R\$34.004.019,00**

-**cancelamento*:-R\$ 1.123.530,00.....R\$32.880.489,00**

- **dotação inicial utilizada:R\$32.401.688,00.....realizado:R\$32.401.688,000.....saldo:R\$ -0-**

-**suplementação:R\$478.801,00.....realizado:R\$351.300,53.....saldo:R\$ 127.500,47**

total:R\$32.880.489,00....realizado:R\$32.752.988,53.....saldo:R\$ 127.500,47

Percentual realizado:99,61%

Percentual não realizado:00,39%

Crédito dividido entre Inativo e Pensionista:**- Inativo:**

-**dotação inicial:R\$22.509.458,16**

-**suplementação:R\$ 279.141,60.....R\$22.788.599,36**

total: R\$22.788.599,36.....realizado:R\$22.788.599,36.....saldo:R\$ -0-

- Pensionistas:

-**dotação inicial:R\$ 9.892.229,84**

- **suplementação:R\$ 72.158,93.....R\$9.964.388,77**

total:R\$ 9.964.388,77.....realizado:R\$ 9.964.388,77.....saldo: -0-

Programa: 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

Ação: 0536 – Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e ou/

Decisões Judiciais

- 09274090905360033 – Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e ou/ Decisões Judiciais

- Outras Despesas Correntes:

- **dotação inicial:R\$ 21.912,00**

-**suplementação:R\$ 5.000,00.....R\$26.912,00**

- **dotação inicial utilizada:R\$21.912,00.....realizado:R\$21.912,00.....saldo:R\$ -0-**

- **suplementação:R\$5.000,00.....realizado:R\$ 576,00.....saldo:R\$ 4.424,00**

total;R\$26.912,00.....realizado:R\$22.488,00.....saldo:R\$ 4.424,00

Percentual realizado:83,56%

Percentual não realizado:16,44%

Crédito Recebido por Descentralização de Crédito, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE:

- Programa: 2080 – Educação de Qualidade para Todos
- Ação: 00PI – Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica
- 12306208000PI0001 – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - PNAE

Atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – crédito recebido através da Nota de Crédito n.º 2017NC400031 – de 10/04/2017 – Proc.:23034.000063/2017-21.

- Outras Despesas Correntes:

- crédito recebido:R\$46.116,00.....realizado:R\$46.089,92saldo:R\$ 26,08*
- Percentual realizado:99,94%
- Percentual não realizado:00,06%

*O saldo no valor de R\$26,08 foi devolvido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE através de nossa Nota de Crédito – 2017NC000027, no dia 27/11/2017.

Resumo de todos os Créditos Recebidos por esta Unidade através da LDO/LOA neste Exercício de 2017.

- Pessoal:

- dotação inicial ativo/inativo e pensionista:.....R\$59.379.340,00
- suplementação pessoal – ativo/inativo e pensionista...R\$13.683.026,00
- anulação para remanejamento inativo/ativo.....(-).....R\$ 1.123.530,00.....**R\$71.938.836,00**

- Custeio Manutenção do IBC.:

- dotação inicial.....**R\$20.972.865,00**

- Investimentos – Matérias Permanentes/Obras:

- dotação inicial:.....**R\$ 2.002.547,00**

- Auxílios aos Servidores e Contratados – Custeio:

- dotação inicial – auxílios: creche.....R\$ 102.132,00
- suplementação:.....R\$ 34.858,00.....R\$ 136.990,00
 - transporte.....R\$ 497.364,00
 - alimentação.....R\$1.692.768,00
 - natalidade/funeral.....R\$ 55.572,00
 - pensão judicial.....R\$ 21.912,00
- suplementação:R\$ 5.000,00.....R\$ 26.912,00
 - assistência médica/odontológica.....R\$ 586.932,00
- cancelamento para remanejamento(-).R\$ 40.000,00
- suplementação.....R\$ 28.016,00.....R\$ 574.948,00
 - moradia.....R\$ 10.715,00
 - exames periódicos.....R\$ 40.000,00.....**R\$ 3.035.269,00**

- Ação destinação a servidores e aprimoramento – Custeio:

- capacitação inicial:.....**R\$ 378.419,00**
- residência médica inicial:.....**R\$ 935.546,00**
- Total :.....R\$ 99.263.482,00**
- Descentralização recebidas para Alimentação na Escola – PNAE-FNDE:.....R\$ 46.116,00
- Total Geral:.....R\$99.309.598,00**

Resumo de todos os gastos realizados por esta Unidade no exercício de 2017:

- Pessoal:

- dotação utilizada ativo/inativo e pensionista:.....R\$68.973.034,52

- Custeio Manutenção do IBC.:

- dotação utilizada.....R\$20.540.311,51

- Investimentos – Matérias Permanentes/Obras:

- dotação inicial:.....R\$ 1.784.326,99

- Auxílios aos Servidores e Contratados – Custeio:

- dotação inicial – auxílios: creche.....R\$ 133.835,60
 transporte.....R\$ 467.751,97
 alimentação.....R\$1.471.731,50
 natalidade/funeral.....R\$ 32.574,93
 pensão judicial.....R\$ 22.488,00
 assistência médica/odontológica.....R\$ 572.244,15
 moradia.....R\$ -0-
 exames periódicos.....R\$ 22.835,35.....R\$ 2.723.461,50

- Ação destinação a servidores e aprimoramento – Custeio:

- capacitação inicial:.....R\$ 49.269,97
 - residência médica inicial:.....R\$ 644.237,99
 Total :.....R\$ 94.714.642,48
 - Descentralização recebidas para Alimentação na Escola – PNAE-FNDE:.....R\$ 46.089,92
 Subtotal Geral:.....R\$ 94.760.732,40
 - Descentralizações recebidas por unidades através da RSC - para pagamento aos Professores de suas unidades e devolvidos e pagos diretamente.....R\$ 1.703,00
 Total Geral:.....R\$ 94.762.435,40

Resumo de todos os saldos não utilizados pela Unidade no exercício de 2017.

- Pessoal:

- dotação utilizada ativo/inativo e pensionista:.....R\$ 2.965.801,48

- Custeio Manutenção do IBC.:

- dotação utilizada.....R\$ 429.374,79

- Investimentos – Matérias Permanentes/Obras:

- dotação inicial:.....R\$ 218.220,01

- Auxílios aos Servidores e Contratados – Custeio:

- dotação inicial – auxílios: creche.....R\$ 3.154,40
 transporte.....R\$ 29.612,03
 alimentação.....R\$ 221.036,50
 natalidade/funeral.....R\$ 22.997,07
 pensão judicial.....R\$ 4.424,00
 assistência médica/odontológica.....R\$ 2.703,85
 moradia.....R\$ 10.715,00
 exames periódicos.....R\$ 17.164,65.....R\$ 311.807,50

- Ação destinação a servidores e aprimoramento – Custeio:

- capacitação inicial:.....	R\$ 329.149,03
- residência médica inicial:.....	R\$ 291.308,01
Total :	R\$ 4.545.660,82
- Descentralização recebidas para Alimentação na Escola – PNAE-FNDE:.....	R\$ 0,00
Subtotal Geral:	R\$ 4.545.660,82

- Descentralizações recebidas por unidades através da RSC - para pagamento aos Professores de suas unidades e devolvidos e pagos diretamente.....

Total Geral:.....R\$ 4.547.136,52

Orçamento Recebido por esta Unidade nos últimos 07 (sete) anos.

Recursos/LOA/LDO/SU PLEMENTAÇÃO	2011	2012	2013	2014
PESSOAL	34.471.397,00	35.247.946,00	38.722.701,00	44.872.192,00
BENEFÍCIOS SERV.	2.448.458,00	2.621.657,00	3.174.776,00	3.299.874,00
CUSTEIO/MANUT.	17.729.367,00	20.249.571,00	23.334.174,00	24.267.715,00
INVESTIMENTO	2.716.576,00	5.827.898,00	6.791.479,00	5.442.109,00
TOTAL	57.365.798,00	63.947.072,00	72.023.130,00	77.881.890,00

Recursos/LOA/LDO/SU PLEMENTAÇÃO	2015	2016	2017
PESSOAL	51.058.943,00	54.960.155,00	71.960.748,00
BENEFÍCIOS SERV.	3.774.990,00	4.233.106,00	4.327.322,00
CUSTEIO/MANUT.	23.295.868,00	23.268.804,00	20.972.865,00
INVESTIMENTO	4.927.077,00	2.210.272,00	2.002.547,00
TOTAL	88.056.878,00	84.672.337,00	99.263.482,00

Podemos observar um crescente aumento nos créditos recebidos, através do LOA/PROA, bem como suplementações recebidas, as variações maiores no Orçamento de 2011 até 2017, se formos verificar é de:

- pessoal – com uma variação de 47,90% sobre 2017, ou crescente de 208,75%, que poderá ser observado após o exercício de 2012, no qual foi realizado concurso público, sendo admitido 35(trinta e cinco) servidores para o corpo técnico e 34(trinta e quatro) para o corpo docente, e sendo através de concurso realizado em 2014, mais 10(dez) para o corpo técnico e 10(dez) para o corpo docente, totalizando assim: 45(quarenta e cinco) técnicos e 44(quarenta e quatro) professores.

- verificamos também que no exercício de 2016 para 2017, houve um acréscimo substancial de 130,93% sendo este para atender ao artigo 18, da Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que se reporta:

“Art. 18. No caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC.

§ 1º O RSC de que trata o caput poderá ser concedido pela respectiva IFE de lotação do servidor em 3 (três) níveis:

I - RSC-I;

II - RSC-II; e

III - RSC-III.

§ 2º A equivalência do RSC com a titulação acadêmica, exclusivamente para fins de percepção da RT, ocorrerá da seguinte forma:

I - diploma de graduação somado ao RSC-I equivalerá à titulação de especialização;

II - certificado de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivalerá a mestrado; e

III - titulação de mestre somada ao RSC-III equivalerá a doutorado.

§ 3º Será criado o Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de estabelecer os procedimentos para a concessão do RSC.

§ 4º A composição do Conselho e suas competências serão estabelecidas em ato do Ministro da Educação.

§ 5º O Ministério da Defesa possuirá representação no Conselho de que trata o § 3º, na forma do ato previsto no § 4º.

Art. 19. Em nenhuma hipótese, o RSC poderá ser utilizado para fins de equiparação de titulação para cumprimento de requisitos para a promoção na Carreira.”

- auxílios – benefícios aos servidores – engloba: creche, transporte, alimentação, natalidade/funeral, assistência médico/odontológico e residência médica e capacitação de servidores, e que podemos verificar, apesar de várias representações, é a de menor insignificância, tendo sua variação de 56,81% sobre 2017 e ou de 176,73% sobre 2011, onde sua única representação e aumento se deve através dos supramencionados concursos, realizados em 2012 e 2014, por acréscimos de servidores.

- custeio – manutenção do IBC – destina-se a toda manutenção da unidade, como representa também, serviços: luz, água/esgoto, gás canalizado, correios, e imprensa nacional, como também serviços e contratos para apoio administrativo, onde representa limpeza/conservação, serviços de copa/cozinha, manutenção preventiva de limpeza/conservação para o serviço médico, bem como apoio a este, visando a assepsia dos ambulatórios e centro cirúrgico, e aparelhos oftalmológicos e diversos contratos como apoio a Imprensa Braille necessário para que possa manter funcionando, com pessoas capacitadas e bem como a manutenção de seu maquinário, e de diversos serviços tão necessários para a manutenção predial, bem como a de seus alunos, através da educação, especial, como livros, materiais e demais componentes em braille.

- devemos observar, porém, que a unidade não vem sendo contemplada necessariamente, como deveria, para poder manter seus contratos e serviços, tão necessários para seu funcionamento, se repararmos nos exercícios de 2011 para 2014, houve um acréscimo de 136,87% e de 73,05% de 2014 para 2011, se houve seguido este ritmo, esta unidade não atravessaria tanta necessidade para se manter, porém, devemos observar o decréscimo havido de 2015 para 2017, representando o percentual negativo -90,02% de -111,07% de 2017 para 2015, de todo o modo se verificarmos de 2011 para 2017, houve apenas o percentual de 84,53% de 2017 para 2011 e de 2011 para 2017 de 118,53%, e que na média o valor de R\$21.874.052,00, no que a instituição foi agraciada com o crescimento de R\$4.144.685,00 em 07(sete) anos para poder manter toda a sua estrutura física e funcional, sem poder haver pensar em quaisquer forma de crescimento seja em seus serviços bem como estrutura de escola, e demais, pois os gastos com a manutenção somente de luz, água/esgoto, gás canalizado, vão muito mais que isso, apesar de diversos cortes já ocorridos durante todo os anos.

- investimento – seguindo o orçamento, destinado a manutenção, foi a que menos nestes 07(sete) anos a que mais sofreu contingenciamento, não sendo agraciada em seu crescimento, tolindo a unidade de poder investir em máquinas e aparelhos e computadores, que pudessem beneficiar e poder ajudar o crescimento da instituição, podendo prover alunos, serviço médico, imprensa Braille e toda a comunidade que depende deste instituto, e bem como obras que deveriam ajudar a instituição a poder abrigar em suas dependências o número maior de pessoas a se beneficiar de seus ensinamentos.

- do exercício de 2011 até o exercício de 2014, houve um crescimento favorável a esta unidade, num percentual de 39,99% de 2014 e de 250,03% de 2011, tendo a unidade aproveitado para expandir não só em construção destinada ao aproveitamento de seus alunos, bem como de maquinário destinado a todos os setores, porém, em 2015 a 2017, houve um decréscimo considerável, apesar das necessidades da instituição não poder expandir, lutou para não perder o que foi adquirido, pois o decréscimo foi de -246,04% para 2014 e de -40,64% para 2015.

Logo, se observarmos, devido a diversos contingenciamentos sofridos pelo Orçamento da União, esta unidade vem sofrendo com a queda, pois manter a parte predial, centenária, alunos deficientes com livros e estrutura necessária para ensinamentos e materiais necessários para seu aprendizado, bem como das pessoas que nos procuram para reabilitação, e consultas, materiais especializados, são necessários recursos, e infelizmente conforme poderá ser observado, os recursos não são suficientes para a manutenção da unidade. E agora para piorar desde o exercício de 2014, não só sofremos com o orçamento, insuficiente, bem como os repasses financeiros, para podermos quitar nossos compromissos e contratos necessários para a nossa manutenção, em resumo, estamos sendo tolidos de maneira brutal de podermos desenvolver os trabalhos e metas que a Instituição se propõe.

4.3.1 - Execução física e financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	20RI	Tipo:	Atividade
Descrição:	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.		Código: 1007
Programa:	Educação de qualidade para todos	Código:	2080
		Tipo:	Temático
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	22.975.412	0	22.975.412	22.326.342	17.827.071	17.761.681	65.390	4.499.271
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Estudante matriculado	unidade			859,0	0,0	859,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizado RAP		
5.939.836	2.555.540	0	Estudante matriculado	unidade		859,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

O contingenciamento, inicial, dos recursos desta ação, prejudicou demais a manutenção da instituição,

e por ser esta ação a principal e única, mantenedora do funcionamento instituição, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessa instituição. Assistência ao educando, aquisição, adaptação, produção e distribuição de material didático-pedagógico especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente. Foram vários fatores que dificultaram o atingimento das metas estabelecidas no PPA. Tivemos a falta de créditos orçamentários para a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes, bem como a não liberação de créditos financeiros que nos permitissem honrar os compromissos anteriormente assumidos, gerando, assim, prejuízos significativos no desenvolvimento de nossas ações institucionais. E a liberação tardia dos recursos, ocasiona, por sua vez, a Inscrição em Restos a Pagar, no valor de R\$ 4.499.271,00, que destacamos ser nossos contratos e de prestação de serviços como aquisição de material de consumo e de obras/reformas a serem executadas, devido a processos licitatórios tardios e liberados nos últimos dias, devidos a contingenciamentos ocorridos durante o exercício de 2017.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	2004	Tipo:	Atividade
Descrição:	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	586.932	0	614.948	595.080	595.080	595.080	0	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
null	null			0,0	0,0	245,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida			Realizado RAP	
0	0	0	null	null			0,0	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Essa ação diz respeito a concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos- hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Nesta ação, devido a mesma ser de responsabilidade do Ministério da Educação, esta unidade atende aos servidores: ativos, inativos e pensionista, a arca com os seus planos de saúde, apesar dos vencimentos estarem bem defasados, a classe não só ativa, bem como inativa, sofre com aumentos constantes dos planos de saúde, bem como, os aumentos devido a faixa etária, apesar de todas as dificuldades estamos conseguindo atender aos servidores, tanto os que possuam convênios, bem como, os que solicitam reembolsos

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	2010	Tipo:	Atividade
Descrição:	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	102.132	0	136.990	133.836	133.836	133.836	0	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
null	null			0,0	0,0	27,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizado RAP		
0	0	0	null	null		0,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.

Essa ação, de responsabilidade do Ministério da Educação, onde esta unidade atende também aos seus servidores, no que tange aos auxílios para creche, apesar de nesta ação, haver um aumento crescente devido a nomeação de novos servidores, ocorridas nos exercícios de 2015/2016, tem atendido a comunidade a contento, não havendo impedimentos ocorridos.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	2011	Tipo:	Atividade
Descrição:	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	497.364	0	497.364	467.752	467.752	467.752	0	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
null	null			0,0	0,0	210,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizado RAP		
0	0	0	null	null		0,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Esta ação diz respeito ao pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio, parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal e intermunicipal ou interestadual, pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá ocorrer à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério da Educação, e cabe a esta Instituição apenas a sua execução, no que tange ao ressarcimento e pagamento de transporte, dos servidores desta Unidade, no que tange a vinda e ida para suas residências, e não havendo impedimentos em sua execução.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	2012	Tipo:	Atividade
Descrição:	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	1.692.768	0	1.692.768	1.471.732	1.471.732	1.471.732	0	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
null	null			0,0	0,0	261,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizado RAP		
0	0	0	null	null		0,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Ação de caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.

Apesar desta Unidade possuir refeitório, não há como atender aos servidores, pois não há funcionários suficientes para o atendimento e feitura de alimentação para esta monta.

Bem como seria, pelo valor recebido, irrisório para atender a aquisição de alimentos suficientes para seu atendimento.

Sendo esta ação, também de responsabilidade do Ministério da Educação, e executada por esta Unidade, que o tem feito aos servidores ativos, bem como, aos Residentes Médicos, do serviço de oftalmologia, e não havendo impedimentos para sua execução.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	216H	Tipo:	Atividade
Descrição:	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	10.715	0	10.715	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Agente público beneficiado		unidade		2,0	0,0	0,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Medida		Realizado RAP	
0	0	0	Agente público beneficiado		unidade		0,0	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.

Esta ação, sendo de responsabilidade do Ministério da Educação, foi incluída neste exercício de 2016, sendo a mesma não sendo muito necessária a esta Unidade, apesar de havermos perdido a que se fazia mais necessária que era a ação para pagamento de exames periódicos e, por conseguinte, não houve movimentação.

Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Código:	4572	Tipo:	Atividade
Descrição:	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Iniciativa:			
Objetivo:			Código:
Programa:	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Código:	2109
		Tipo:	Gestão e Manutenção
Unid Orçament.:	26105 - Instituto Benjamin Constant		
Ação Prioritária:	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2017

Execução Orçamentária e Financeira								
Localizador: 0033 - No Estado do Rio de Janeiro	Dotação			Despesa			2017	
	Inicial	Reprogram.	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
	378.419	0	378.419	49.270	32.098	32.098	0	17.172
Execução Física da Ação - Metas								
Descrição da Meta	Unidade de Medida			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Servidor capacitado	unidade			240,0	0,0	43,0		
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores								
2017	Vr. Liquidado	Vr. Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida		Realizado RAP		
114.862	12.982	0	Servidor capacitado	unidade		150,0		

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Observações:

Dotação Inicial: Valor constante da Lei Orçamentária Anual.

Dotação Reprogramada: Informado pelo Órgão Setorial e de caráter gerencial, ela tem por finalidade mensurar, de forma mais precisa, os ajustes necessários à apuração dos resultados da ação orçamentária no decorrer do exercício financeiro.

Dotação Final: contas contábeis 1921XXXXX exceto 19218XXXX (Dotação Autorizada)

Despesa Empenhada: contas contábeis 292130100 + 2921302XX + 292130301

Despesa Liquidada: contas contábeis 2921302XX + 292130301 - 292130203 (Liquidação por inscr. de RP não Processado)

Despesa Paga: contas contábeis 292410403 + 292130301

Restos a Pagar Inscritos no Exercício:

Processado: contas contábeis 195210100 + 195210200 + 195230000 - 295230000 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Não Processado: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores:

Inscrito: contas contábeis 195110000 + 195130000 - 295130000 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Pago: conta contábil 295110300 e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

Cancelado: contas contábeis 19514XXXX e quando o ano de referência é menor que o ano exercício.

2. As informações financeiras disponibilizadas no RAP são referentes a programação constante na Lei Orçamentária de 2017. No caso da ocorrência de qualquer alteração nas classificações institucional, funcional e programática, em relação a exercícios anteriores a 2017, os respectivos valores de RAP não são captados

Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Apesar de ser esta ação de responsabilidade do Ministério da Educação, cabe a esta Unidade a sua execução, porém, a cada ano que passa, devido aos contingenciamentos ocorridos, estamos conseguindo que os servidores se capacitem, pois tem a necessidade do afastamento de nossa sede, para outros estados, onde os melhores cursos ocorrem por sua vez, porém, para podermos nos manter dentro dos padrões dos contingenciamentos, tanto orçamentários e financeiros, nos vimos dessa vez manter os cursos somente nesta cidade do Rio de Janeiro/RJ, devido a isso, a queda não só de aproveitamento como da ação em si.

Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial

Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial Ação de responsabilidade civil com indenização por danos morais e materiais – Processo nº 0020155- 50.2003.4.02.5101 – 20ª VF/RJ. Pensão implantada através do processo 23000.005765/2012-83 – Ministério da Educação – data da abertura 26/04/2012 Sra. Lucia Oliveira Lima – cirurgia de catarata 02 salários mínimos mensais Valor pago em 2017 – R\$ 22.488,00

4.3.2 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Tivemos dificuldades quanto a liberação dos recursos orçamentários ao longo do ano.

A liberação do contingenciamento no final do exercício prejudicou o andamento dos processos licitatórios como a emissão de novos empenhos de serviços e aquisição de materiais de consumo e permanentes.

4.3.3 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Esta Unidade, não está autorizada a proceder qualquer atividade que não venha a ter créditos, ou seja, não podemos nos comprometer a qualquer despesa, sem os respectivos créditos orçamentários, em qualquer de sua fase, ou seja, aquisição, serviços e outros.

Esta Unidade, não possui autonomia, ou seja, é de administração direta, e vinculada ao MEC, onde executamos apenas ações a nós pertinentes, sendo todos os Programas proposto pelo próprio Ministério da Educação.

4.3.4 - Restos a pagar de exercícios anteriores

Ano de inscrição	(a) Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro	(b) Restos a Pagar Processados - Pagos	(c) Restos a pagar processados - Cancelados	(d) Restos a Pagar Processados - Saldo a pagar 31/12	(e) Restos a Pagar Não Processados - Montante em 1º de janeiro	(f) Restos a Pagar Não Processados - Liquidados	(g) Restos a Pagar Não Processados - Pagos	(h) Restos a Pagar Não Processados - Cancelados	(i) Restos a Pagar Não Processados - Saldo a pagar 31/12
2016	270.700,42	270.079,63	500,00	120,79	6.243.540,13	2.757.218,03	2.757.218,03		3.486.322,10
2015	822.484,69	235.662,95		586.821,74	1.491.343,61	378.575,62	378.575,62	626,92	1.112.141,07
2014	30.237,39			30.237,39	3.284.007,16	520.727,09	520.727,09		2.763.280,07
2013	90.036,56			90.036,56	1.498.065,37	109.155,50	109.155,50		1.388.909,87
2012					1.551.298,46	6.754,80	6.754,80		1.544.543,66
2011					2.344.562,85				2.344.562,85
Total	1.213.459,06	505.742,58	500,00	707.216,48	16.412.817,58	3.772.431,04	3.772.431,04	626,92	12.639.759,62

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

A liberação dos recursos orçamentários, no último mês do final do encerramento do exercício, resulta em alto índice de Restos a Pagar, tanto Processados como Não Processados, visando estes a manutenção da unidade, pois existem as liberações de processos licitatórios, que ficam aguardando liberação de recursos, uma vez, em que o contingenciamento ser quadrimestral, e havendo ainda o contingenciamento final, não existe a possibilidade de não haver e ou deixar de existir os Restos a Pagar, pois somente há tempo hábil somente para empenho. No decurso de prazo, alguns estarem a mais de cinco anos, e que já deveriam estar os mesmos cancelados, há o porém, pois em sua grande maioria são contratos, neles existem sempre os reajustes, e nestes aguardando a sua liberação para pagamento, pois não existe somente o contingenciamento orçamentário, esta unidade vem sofrendo com as liberações das Programações Financeiras – PFs, que tem se mostrado a cada ano menores, e insuficientes para o pagamento em questão, pois, não temos quase como pagar as despesas do próprio exercício, quanto mais os devidos e adquiridos em outros exercícios.

4.4 Execução descentralizada com transferência de recurso

O IBC descentralizou para os órgãos os valores que seriam pagos aos avaliadores da RSC. Diante da devolução pelos órgãos o IBC pagou diretamente aos professores avaliadores os valores devidos no total de R\$ 1.475,70.

4.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas - Não se aplica ao IBC.

4.5 - Informações sobre a execução das despesas

4.5.1 Despesas por modalidade de contratação

Métrica	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)			
	31		34	
Item Informação	DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)		DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)	
Modalidade de Contratação	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.478.324,82	10.815.215,48	8.423.237,32	10.583.583,60
c) Concorrência	-	108.884,70	-	108.884,70
d) Pregão	8.478.324,82	10.706.330,78	8.423.237,32	10.474.698,90
2. Contratações Diretas (h+i)	8.153.643,91	6.996.326,25	8.150.998,87	6.983.530,35
h) Dispensa	7.851.917,98	6.720.457,01	7.850.837,98	6.707.661,11
i) Inexigibilidade	301.725,93	275.869,24	300.160,89	275.869,24
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	69.004.453,33	54.831.229,54	69.004.213,41	54.807.039,69
k) Pessoal	68.973.034,52	54.761.461,48	68.972.794,60	54.737.271,63
l) Diárias	31.418,81	69.768,06	31.418,81	69.768,06
5. Outros	4.562.004,34	4.526.667,86	4.554.347,37	4.526.547,07
6. Total (1+2+3+4+5)	90.198.426,40	77.169.439,13	90.132.796,97	76.900.700,71

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Tendo em vista a modalidade de concorrência a usamos somente em casos de obras, que requerem maiores especificações e tipicidade e por motivos amplamente divulgados, que é o caso, não houve em 2017 tal modalidade, pois o contingenciamento, não nos permitiu, pois deveríamos equipar com parcos orçamento, toda Instituição, sob pena de paramos de funcionar, devido não só a equipamentos obsoletos na informática, como de nossos servidores, que vivem a todo momento com defeitos.

Devido aos cortes, que somos obrigados a fazer, pelos contingenciamentos sofridos, podemos verificar que houve uma queda de R\$2.228.005,96, que representa -20,18% pregões realizados a menos no exercício de 2016, estes contemplam sem dúvidas nossa maior carga, pois neles abrigamos nossos contratos de manutenção predial, limpeza/conservação, aquisição de combustíveis para nossos veículos e manutenção destes, bem como de materiais de consumos e serviços para toda a Instituição, ou seja, Departamento de Educação, Imprensa Braille, tão necessário na confecção de materiais para os alunos, não só da Instituição como de todo os estados brasileiros, e Serviço Médico, que atende não só os alunos bem como toda a comunidade e de realizações de cirurgias de catarata e glaucoma.

Já as modalidades de Dispensa e Inexigibilidade, representam nossos pagamentos com luz, água/esgoto, gás canalizado, e um ou outro serviço que somente alguma firma e somente esta firma, conforme as prestadoras de serviços, básicos, detenham a exclusividade. Apesar de termos mantido um severo procedimento de racionamento de recursos, não podemos evitar os aumentos sofridos, pois são aprovados estes por Agências Governamentais, criadas para controlar cada uma delas e suas concessões.

Já na área de pessoal, houve um aumento significativo, porém, necessário, para correção salarial de nossos professores, que através do artigo 18, da Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, concedia juntamente com a gratificação de Retribuição por Titulação – RT o Reconhecimento de Sabres e Competência – RSC, não concedido

desde a edição desta Lei e admissão destes, porém, sendo sua correção efetuada desde então.

Diárias, podemos verificar que houve a diminuição substancial de valores, entre o exercício de 2016 e 2017, não só pelo fato do contingenciamento a nós imposto, bem como, pelo corte no próprio orçamento, de 2017, que nos levou como conforme já informado, a impor restrições aos nossos servidores que viessem a querer a se capacitar em outros estados.

Quanto a outros, abriga as demais despesas como auxílios, porém defasados, a servidores, como: creche/transporte/alimentação e plano de saúde médico/odontológico e capacitação, que vem sendo mantido nos padrões.

4.5.2 Despesas por grupo e elementos de despesa

Exercício		2017			2016		
Elemento Despesa		Empenhada	Liquidada	Valores pagos	Empenhada	Liquidada	Val pa
319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	26.412.635,68	26.412.635,68	26.412.585,70	22.217.347,39	22.217.347,39	22.193
319001	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	21.252.972,60	21.252.972,60	21.252.782,66	18.532.010,46	18.532.010,46	18.533
319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	9.892.229,84	9.892.229,84	9.892.229,84	9.026.978,57	9.026.978,57	9.026
319092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.016.211,07	6.016.211,07	6.016.211,07	523.165,75	523.165,75	523
319113	OBRIGACOES PATRONAIS	5.293.275,89	5.293.275,89	5.293.275,89	4.402.239,04	4.402.239,04	4.402
319007	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	97.130,39	97.130,39	97.130,39	52.759,26	52.759,26	52
319016	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.579,05	8.579,05	8.579,05	6.961,01	6.961,01	6
339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.211.298,91	13.253.768,04	13.253.768,04	16.589.812,86	14.260.200,48	14.023
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	2.984.329,20	2.286.960,23	2.229.227,69	3.774.237,13	2.366.927,53	2.366
339046	AUXILIO-ALIMENTACAO	1.471.731,50	1.471.731,50	1.471.731,50	1.524.070,70	1.524.070,70	1.524

339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.353.385,73	1.103.272,14	1.103.272,14	591.775,46	591.775,46	59
339030	MATERIAL DE CONSUMO	748.949,94	538.535,28	538.535,28	2.143.106,71	1.059.040,75	1.04
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	583.410,67	583.410,67	575.753,70	597.473,74	595.837,74	59
339048	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	526.540,82	526.540,82	526.540,82	840.585,66	840.585,66	84
339049	AUXILIO-TRANSPORTE	467.751,97	467.751,97	467.751,97	451.446,18	451.446,18	45
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	242.743,84	92.093,84	92.093,84	138.440,86	137.790,86	13
339008	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	166.410,53	166.410,53	166.410,53	141.106,59	141.106,59	14
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	119.572,05	119.572,05	119.572,05	186.688,32	186.688,32	18
339032	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	46.089,92	38.860,37	38.860,37	46.978,10	36.394,29	3
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	31.418,81	31.418,81	31.418,81	69.768,06	69.768,06	6
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.249,00			91.689,52	9.915,73	9
339059	PENSOES ESPECIAIS	22.488,00	22.488,00	22.488,00	19.280,00	19.280,00	1
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.385.495,87	561.438,00	561.438,00	638.081,57	42.808,89	4

449051	OBRAS E INSTALACOES	398.831,12			841.520,61	108.884,70	108
		94.760.732,40	90.237.286,77	90.171.657,34	83.447.523,55	77.203.983,42	76.93

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

As despesas com pessoal, principalmente se comparado com ativos, representa a maior incidência devido ao pagamento de exercícios anteriores, bem como, ter corrigidos os valores dos professores contratados através dos concursos de 2012/214, devido a edição do artigo 18, da Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que concede a gratificação de Retribuição por Titulação – RT o Reconhecimento de Sabres e Competência – RSC, e que esta Instituição só acertou neste exercício de 2018.

As demais despesas mantiveram patamar muito próximo, principalmente devido ao corte concedido na LDO e aprovada, tendo esta unidade, tentado manter em muito seus contratos e principais serviços, e cortando as despesas, bem seus contratos, na tentativa de poder manter as principais funções e a que se propõe a instituição a manter.

Não houve neste exercício de 2017, investimentos com obras/instalações, de grandes proporções, apenas feitas de grande necessidade, porém, apenas a fim de manter as estruturas, havendo apenas uma necessidade grande de se tentar manter uma estrutura com equipamentos, e substituição destes, uma vez que, quase todos vem apresentando defeitos, e para o setor de informática, tendo em vista que se não houvesse um pequenos investimento neste setor, estaria esta instituição fada a parar, devido a constante falhas nos equipamentos dos servidores de rede internet/intranet, bem como algumas máquinas (computadores) de servidores que vinham apresentando defeitos e alguns já não teriam nem mais conserto.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos

Ano Lançamento	2016			2017		
	Movimento Aumentativo - Considerar apenas o de 2017	Movimento Diminutivo - Considerar apenas o de 2017	Saldo Final do Exercício	Movimento Aumentativo - Considerar apenas o de 2017	Movimento Diminutivo - Considerar apenas o de 2017	Saldo Final do Exercício
SEM INFORMAÇÃO	520.725,60	0,00	520.725,60	3.192,15	454,10	2.738,05
00003661024				227,05	227,05	0,00
03372304000178				46.913,58	46.913,58	0,00
03440209750				227,05	227,05	0,00
04312927600				681,15	681,15	0,00
07526530000206				2.524,00	0,00	2.524,00
07607703000121				18.197,49	0,00	18.197,49
08088541000125	23.775,78	0,00	23.775,78			0,00
09423108000161				570,32	570,32	0,00
12161579000153				500,00	0,00	500,00
15243161000183				22.835,35	22.835,35	0,00
19685483515				227,05	227,05	0,00
27761681600				227,05	227,05	0,00
29000841000180	564.823,13	0,00	564.823,13	528.621,58	528.621,58	0,00
29212545000143				724.414,80	724.414,80	0,00
37518941015				454,10	454,10	0,00
52023877415				227,05	227,05	0,00
59701340663				681,15	681,15	0,00

604444370 00146	45.739,72	0,00	45.739,72			0,00
610741750 00138	244,84	0,00	244,84			0,00
658267795 00				908,20	908,20	0,00
674231520 00178				9.237,71	7.201,71	2.036,00
723159897 87				227,05	227,05	0,00
962650434 04				227,05	227,05	0,00
965210661 53				227,05	227,05	0,00
990983855 91				227,05	227,05	0,00
	1.155.309,07	0,00	1.155.309,07	1.361.775,03	1.335.779,49	25.995,54

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Os valores acima, não representam, bem como não se enquadram, como passivos por insuficiência de recursos, tanto no exercício de 2016 e 2017, pois consignava crédito para este fim, bem como foram empenhados, através de exercícios anteriores, de acordo com o artigo 42, da Lei n.º 4.320/67.

4.6- Suprimento de Fundos Contas Bancárias tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

O IBC não executou Suprimento de Fundos no exercício. Possui Cartão de Pagamento do Governo Federal para pagamento de passagens aéreas através do SCDP.

4.7 - Desempenho Operacional

O desempenho operacional do ano de 2017 teve como ponto positivo o atingimento satisfatório de algumas metas, diretamente ligadas aos três macroprocessos finalísticos: ensino, pesquisa e extensão. Algumas dificuldades foram sentidas a partir do contingenciamento orçamentário que prejudicou o pleno desenvolvimento de ações em curso, bem como de outras ações pretendidas de projetos imprescindíveis à ampliação de nossas competências institucionais. As dificuldades referidas estão atreladas, também, à falta de um corpo técnico administrativo qualificado que sirva como aporte para o atendimento de nossas demandas em diversas áreas como a gestão de pessoas e a tecnologia da informação, entre outras que travam o melhor funcionamento da instituição.

4.8 - Renúncia de Receitas

Não se aplica. O IBC é um órgão da administração Direta do MEC. Portanto, não está enquadrada e ou autorizada a proceder quaisquer negociações com credores para o afastamento de impostos.

4.9 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Temos buscado melhorar a consistência dos nossos indicadores, com vistas a garantir a precisão daquilo que se quer avaliar, considerando a especificidade da Instituição. São eles: números de alunos matriculados, evadidos, alunos alfabetizados, capacitação de servidores, capacitação de profissionais na área da deficiência visual, distribuição de materiais especializados, atendimento a alunos no curso técnico em Massoterapia, atendimentos oftalmológicos ambulatoriais e cirúrgicos na prevenção da cegueira e produção científica dos médicos residentes em Oftalmologia.

> Índice de Gasto Total

Objetivo: Quantificar o percentual do total gasto realizado frente ao previsto Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na LOA para a Ação mais as suplementações ocorridas no exercício.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo recurso Orçamentário. Fórmula: índice de Gasto Total

Total de Gastos em R\$
Recurso Orçamentário

Responsável: Diretora do DPA

> Gasto Corrente por Aluno

Objetivo: Quantificar os gastos correntes por aluno, em R\$

Definições: Gastos Correntes: Consideram-se todos os gastos realizados em custeio. Aluno: Número de matrículas efetuadas. Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos correntes realizados pelo número de matrículas.

Fórmula:
$$\text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos Correntes em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de matrículas efetuadas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Aluno

Objetivo: Quantificar o gasto total por aluno, em R\$

Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados no exercício. Aluno: Número de matrículas efetuadas. Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de matrículas. Fórmula:
$$\text{Gasto Total por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de matrículas efetuadas}}$$

Nº de matrículas efetuadas

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto Total por Clientela Atendida

Objetivo: Quantificar o gasto total por clientela atendida, em R\$ Definições: Gasto Total: Consideram-se todos os gastos realizados.

Clientela Atendida: Número de pessoas atendidas pelo Instituto. Alunos, visitantes de Instituições Públicas ou Privadas, clientes da Oftalmologia e usuários da biblioteca,

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de gastos realizados pelo número de pessoas atendidas pelo Instituto.

Fórmula:
$$\text{Gasto Total por Clientela Atendida} = \frac{\text{Total de Gastos em R\$}}{\text{N}^\circ \text{ de Pessoas atendidas}}$$

Responsável: Diretor dos Departamentos DED/DMR/DPA

> Gasto por Ação (valor Orçamentário)

Objetivo: Comparar o Total de Gastos Realizados na Ação com o recurso previsto na Lei Orçamentária. Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados na Ação, em R\$. Ação: considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Recurso Orçamentário: Considera-se o valor aprovado na Lei Orçamentária para as Ações, mais as suplementações ocorridas no exercício, em R\$.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelo Recurso Orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual.

Fórmula: Gasto por Ação (valor Orçamentário) = Total de Gastos em R\$ /Recurso Orçamentário

Responsável: Diretor do DPA

> Gasto por Ação (valor disponibilizado)

Objetivo: Comparar o total de gastos realizados na Ação com o recurso efetivamente disponibilizado.

Definições: Gasto Total: consideram-se todos os gastos realizados com Ações.

Ação: Considera-se Ação o detalhamento do Programa, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual. Recurso Disponibilizado: Considera-se o recurso efetivamente liberado para a Ação.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do Total de Gastos Realizados na Ação pelos Recursos Disponibilizados.

Fórmula:

Índice de gasto com Ações (valor disponibilizado) = Total de Gastos em R\$ X 100 Valor

Valor disponibilizado em R\$

Responsável: Diretor do DPA

> Índice de Matrículas

Objetivo: Verificar o grau de realização da ação.

Definições: Matrícula: total de matrículas realizadas.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de matrículas efetuadas pela meta estabelecida.

Fórmula:

Índice de Matrícula = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Alunos Matriculados}}{\text{Quantidade Prevista}} \times 100$

Índice desejável - 100% da meta estabelecida

Responsável: Diretores dos Departamentos DED/DMR e GABINETE

> Índice de Evasão

Objetivo: Quantificar a desistência de alunos da Educação Infantil ao nono ano do Ensino Fundamental.

Definições: Alunos Evadidos: total de alunos que saem do Instituto, por abandono ou por cancelamento de matrícula, sem que tenham concluído o Ensino Fundamental.

Alunos Matriculados: Total de alunos matriculados da Educação Infantil ao nono ano do Ensino

Fundamental. Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos evadidos pelo total de alunos matriculados. Fórmula:

Índice de Evasão = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \times 100$

Índice desejável - 0

Responsável: Diretor do DED e GABINETE

> Índice de Alfabetização

Objetivo: Verificar o rendimento dos alunos.

Definições: Alunos Aprovados: total de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental/ Total de Alunos alfabetizados no 3º ano no Ensino Fundamental.

Tipo: Eficiência

Método de cálculo: Divisão do total de alunos alfabetizados até o 3º ano do Ensino Fundamental pelo número de alunos matriculados do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

Fórmula:

Índice de Alfabetização = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos alfabetizados no 3}^\circ \text{ ano do Ensino Fundamental}}{\text{N}^\circ \text{ de alunos matriculados no 3}^\circ \text{ ano do Ensino Fundamental}} \times 100$

Índice desejável - 100% dos alunos alfabetizados no 3º ano Responsável: Diretor do DED

> Índice de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação capacitados (Geral)

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de servidores capacitados com o total de servidores do Instituto.

Definições: Servidor Capacitado: total de servidores do Instituto que participaram, de algum curso ou evento ou seminário para sua capacitação.

Total de Servidores: Total de Servidores do Instituto.

Quantidade Prevista: Meta apresentada na Lei Orçamentária Anual para a Ação.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de servidores capacitados pelo total de servidores do Instituto.

Fórmula: Índice de Servidores Capacitados = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de servidores capacitados}}{\text{Total de servidores}} \times 100$

Índice desejável: 100 % da meta estabelecida na Ação

Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Avaliação das capacitações dos servidores em processo de qualificação e requalificação

Objetivo: Quantificar percentualmente o número de avaliações com conceito geral excelente ou bom em relação ao

número de avaliações recebidas, referentes as capacitações realizadas pelos servidores.

Definições: avaliar qualitativamente as capacitações realizadas.

Tipo: Efetividade

Método de cálculo: Divisão do número de avaliações com conceito excelente ou bom / número de avaliações recebidas.

Fórmula:
$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de avaliações com conceito E ou B} \times 100}{\text{N}^\circ \text{ de avaliações recebidas}} =$$

Índice desejável: 70% de avaliações com conceito E ou B

Responsável: Diretor do DTE

> **Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes.**

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de profissionais capacitados concluintes dos cursos e oficinas

Definições: total de profissionais concluintes que fizeram inscrição nos cursos e oficinas realizados no IBC.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de profissionais concluintes pelo número de profissionais inscritos nos cursos oferecidos pelo IBC.

Fórmula: Índice de profissionais concluintes nos cursos e oficinas realizados pelo IBC =

$\frac{\text{N}^\circ \text{ de profissionais concluintes}}{\text{N}^\circ \text{ de inscritos}} \times 100$

Nº de inscritos

Índice desejável: 70 % de concluintes

Responsável: Diretor do DTE

> **Índice de Avaliação da qualidade das capacitações de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes, realizadas pelo IBC, na Instituição.**

Objetivo: Quantificar percentualmente o número de avaliações com conceito excelente ou bom em relação ao número de avaliações recebidas, referentes às capacitações de profissionais na área da deficiência visual.

Definições: Avaliar qualitativamente as capacitações realizadas

Tipo: Efetividade

Método de cálculo: Divisão do número de avaliações com conceito Excelente ou Bom / número de avaliações recebidas.

Fórmula: $\frac{\text{Número de avaliações com conceito E ou B}}{\text{Número de avaliações recebidas}} \times 100 =$

Índice Desejável: 70 % de avaliações com conceito E ou B

Responsável: Diretor do DTE

> **Índice de Capacitação de profissionais da educação e pessoas interessadas na área da deficiência visual - cursos, oficinas e palestras realizados pelo IBC, com emissão de certificado aos participantes, em outras localidades**

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de profissionais capacitados concluintes dos cursos e oficinas

Definições: Total de profissionais concluintes que fizeram inscrição nos cursos e oficinas realizados pelo IBC, em outras localidades

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: Divisão do número de profissionais concluintes pelo número de profissionais inscritos nos cursos oferecidos pelo IBC

Fórmula: $\frac{\text{Número de profissionais concluintes}}{\text{Número de inscritos}} \times 100$

Número de inscritos

Índice desejável: 70 % de profissionais concluintes nos cursos e oficinas realizados pelo IBC

Responsável: Diretor do DTE

> **Índice de Avaliação da qualidade das capacitações de profissionais da educação na área da deficiência visual - cursos, oficinas e palestras realizados pelo IBC, com emissão de certificado aos participantes, em outras localidades**

Objetivo: Quantificar percentualmente o número de avaliações com conceito excelente ou bom em relação ao número de avaliações recebidas, referentes às capacitações de profissionais na área da deficiência visual, em outras localidades.

Definições: Avaliar qualitativamente as capacitações realizadas

Tipo: Efetividade

Método de cálculo: Divisão do número de avaliações com conceito Excelente ou Bom / número de avaliações recebidas.

Fórmula: $\frac{\text{Número de avaliações com conceito E ou B} \times 100}{\text{Número de avaliações recebidas}} =$

Índice Desejável: 70 % de avaliações com conceito E ou B

Responsável: Diretor do DTE

> Índice de Distribuição de Materiais Especializados - formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro

Objetivo: Evidenciar percentualmente a quantidade de pedidos atendidos de material especializado produzidos e distribuídos pela DIB e DPME .

Definições: total de pedidos atendidos.

Tipo: Eficácia.

Método de cálculo: divisão do número de pedidos atendidos pelo número de pedidos recebidos

Fórmula: $= \frac{\text{N}^\circ \text{ de pedidos atendidos}}{\text{N}^\circ \text{ de pedidos recebidos}} \times 100$

Índice desejável: 80 % de pedidos atendidos

Responsável: Diretor do DTE

>Índice de Avaliação da qualidade dos materiais especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro, produzidos e distribuídos pelo IBC.

Objetivo: Quantificar percentualmente o número de avaliações com conceito excelente ou bom em relação ao número de avaliações recebidas, referentes aos materiais especializados produzidos e distribuídos pelo IBC

Definições: Avaliar qualitativamente os materiais especializados produzidos e distribuídos

Tipo: Efetividade

Método de cálculo: Divisão do número de avaliações com conceito Excelente ou Bom / número de avaliações recebidas.

Fórmula: $\frac{\text{Número de avaliações com conceito E ou B} \times 100}{\text{Número de avaliações recebidas}} =$

Índice Desejável: 70 % de avaliações com conceito E ou B

Responsável: Diretor do DTE

>Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho.

Objetivo: Qualificar para o mercado de trabalho os alunos jovens e adultos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia

Definições: Alunos jovens e adultos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia: total de matrículas efetivadas

pela Divisão de Reabilitação

Quantidade de matrículas: meta estabelecida, no período de doze meses, para atendimento aos alunos jovens e adultos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia

Tipo: Eficácia/inclusão social/mercado de trabalho

Método de cálculo: Divisão do total de matrículas efetivadas em parceria com IFRJ pela meta estabelecida

Fórmula: Número total de alunos concluintes X N° de matrículas efetivadas. O índice a ser alcançado é de 30%, pois ao longo do período pode haver reprovações, óbitos e evasão.

Responsável: Diretor do DMR e Coordenação CTA

>Índice de Evasão dos alunos matriculados no DMR

Objetivo: Quantificar o número de alunos matriculados evadidos em 2017.

Definições: Controle das matrícula efetivas do DMR.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Subtrair a quantidade de evadidos da quantidade de matrículas no ano de 2017.

Fórmula: Total de evasões = N° de evadidos X 100%

Responsável: Diretor do DMR

> Índice de Produção de Estudos e Pesquisas Científicas, participação e apresentação de trabalhos em Congressos Oficiais e Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC na área da oftalmologia com ênfase na Deficiência Visual

Objetivo: Quantificar o número de trabalhos científicos apresentados por médicos preceptores ou residentes em congressos oficiais e Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC na área da oftalmologia com ênfase na Deficiência Visual.

Definições: apresentação de trabalhos científicos na área da prevenção a cegueira ou estudos de caso por residentes ou médicos preceptores.

Método de cálculo: Divisão do número de trabalhos apresentados pela meta estabelecida.

Fórmula: Divisão dos trabalhos apresentados X meta estabelecida. O índice a ser alcançado é de no mínimo 50%

Responsáveis: Diretora do DMR, chefe da DPMO, médicos preceptores e residentes

>Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico

Objetivo: Quantificar os procedimentos cirúrgicos de catarata realizados com sucesso.

Definições: Realização de cirurgias de catarata: total de cirurgias de catarata realizadas com sucesso pelo Serviço Médico Oftalmológico.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do total de cirurgias de catarata realizadas com sucesso pela quantidade de cirurgias de catarata realizadas.

Fórmula: Índice de Atendimento Cirúrgico = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de catarata realizadas com sucesso}}{\text{N}^\circ \text{ de cirurgias de catarata realizadas}}$

Índice desejável pela CBO: 82,7% para intercorrências cirúrgicas Responsável: Diretor do DMR

>Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial

Objetivo: Evidenciar percentualmente o atendimento oftalmológico ambulatorial prestado aos alunos,

funcionários e à comunidade com indicação cirúrgica.

Definições: Atendimento Oftalmológico Ambulatorial: total de consultas realizadas pelo Departamento Médico. **Quantidade de Consultas:** meta estabelecida, no período, para atendimento aos alunos, funcionários e à comunidade.

Tipo: Eficácia

Método de cálculo: Divisão do número total de consultas realizadas pela meta estabelecida.

Fórmula: Índice de Atendimento Oftalmológico = $\frac{\text{N}^\circ \text{ de Consultas realizadas}}{\text{N}^\circ \text{ de consultas estabelecidas}} \times 100$

Índice desejável - 100% da demanda

Responsável: Diretor do DMR

Gasto com Ações (valor Orçamentário)

Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos

Ação 20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica 123680208020RI0033 -

Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Indicador: Índice de gasto com

Ações: Gasto/Previsto: 97,16%

Gasto Total: R\$22.324.638,50

Total de recursos Orçamentários: R\$22.975.412,00

Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do MEC

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de

Qualificação e Requalificação 12128210945720033 - Capacitação de Servidores

Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicador: índice de gastos com a capacitação de servidores públicos federais no processo

de qualificação e requalificação: Gasto / Previsto: 13,01%

Gasto Total: R\$49.269,97

Recurso Orçamentário: R\$378.419,00

Programa 2080 – Educação de Qualidade em Saúde - OOP 1- Apoio em Residência em Saúde - 12364208000P10001 - Apoio a Residência em Saúde

Indicador: índice de gastos com o funcionamento da Residência Médica: Gasto /

Previsto: 68,86%

Gasto Total: Orçamentário: R\$644.237,99

Recurso Orçamentário: R\$ 9375.546,00

Cálculo dos Indicadores

Índice de Gasto Total = 95,4 %

Gasto Total: R\$ 94.714.642,48

Recurso Orçamentário: R\$ 99.263.482,00

Gastos Correntes por Aluno = aluno/ano - R\$ 23.856,34

Gastos Correntes: R\$ 20.540.311,51

Nº de Matrículas: 861

Gasto Total por Aluno = aluno/ano - R\$ 25.928,73

Gasto Total: R\$ 22.342;638,50

N° de Matrículas: 861

Gasto Total por Clientela Atendida = clientela/ano - R\$ 2.011,40

Clientela Atendida: 861 alunos, 8.553 clientes da Oftalmologia, 1.424 usuários da biblioteca e 261 visitantes de Instituições Públicas e Privadas = clientes = 11.099

Índice de Matrículas = 100,2%

N° de alunos matriculados: 861

Quantidade prevista: 859

Índice de Evasão alunos do DED = 6,9%

N° de alunos evadidos: 21

N° de alunos matriculados: 303

Índice de Alfabetização= 80,8%

N° de alunos alfabetizados: 59

N° de alunos matriculados do 1° ao 3° ano: 73

Índice de Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação capacitados (Geral) = 187,9%

N° de servidores capacitados em algum curso / evento / seminário: 485

Total de servidores do Instituto: 258

Índice de avaliação das capacitações de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação= 91,1%

Número de avaliações recebidas: 418

Número de avaliações com conceito E ou B: 381

Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes na Instituição = 73,3%

Número de Inscritos: 1.054

Número de concluintes: 773

Índice de Avaliação da qualidade das capacitações de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes na instituição = 82,8%

Número de avaliações recebidas: 762

Número de avaliações com conceito E ou B: 631

Índice de Capacitação de profissionais da educação e pessoas interessadas na área da deficiência visual - cursos, oficinas e palestras realizados pelo IBC, com emissão de certificado aos participantes, em

outras localidades = 75,9%

Número de Inscritos: 715

Número de concluintes: 543

Índice de Avaliação da qualidade das capacitações de profissionais da educação e pessoas interessadas na área da deficiência visual - cursos, oficinas e palestras realizados pelo IBC, com emissão de certificado aos participantes, em outras localidades = 89,1%

Número de avaliações recebidas: 525

Número de avaliações com conceito E ou B: 468

Índice de Distribuição de Materiais Especializados - formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro = 97,4%

Pedidos recebidos: 1.255 Pedidos atendidos: 1.223

Índice de Avaliação da qualidade dos materiais especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro, produzidos e distribuídos pelo IBC = 92,3%

Número de avaliações recebidas: 92

Número de avaliações com conceito E ou B: 85

Índice de Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho.- 0%

Meta prevista: 14

Meta alcançada: 0

Índice de Evasão dos alunos matriculados no DMR = 1,9%

Meta prevista: 0 Meta alcançada: 11

Nº de alunos matriculados: 558

Índice de Produção de Estudos e Pesquisas Científicas, participação e apresentação de trabalhos em Congressos Oficiais e Trabalhos de Conclusão de Curso- TCC na área da oftalmologia com ênfase na Deficiência Visual = 141,6%

Meta prevista: 12 Meta alcançada: 17 meta alcançada

Índice de Atendimento Oftalmológico Cirúrgico = 100 %

Nº de cirurgias de catarata realizadas com sucesso = 623

Nº de cirurgias de catarata realizadas = 623

Índice de Atendimento Oftalmológico Ambulatorial = 117%

Nº de consultas realizadas: 9.364

Nº de consultas previstas: 8.000

Análise dos Indicadores de Desempenho

No exercício observamos o aumento do índice de matrículas (100,2%) o que superou a meta estabelecida, provavelmente por falta de atendimento especializado na rede regular de ensino, para dar conta das complexidades advindas de comprometimentos além da deficiência visual. Nosso alunado, nos últimos anos, vem apresentando vários comprometimentos na área intelectual trazidos por várias patologias e síndromes diferentes aliadas à deficiência visual, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem.

O índice de evasão (6.9) ainda está presente no nosso dia a dia escolar provavelmente por conta das dificuldades apresentadas pelas famílias em se deslocarem para a localidade do IBC em busca da educação de seus filhos e pela oferta de educação mais próxima de suas residências. Entendemos que o processo de alfabetização concretiza-se até o terceiro ano do ensino fundamental. Decidimos aferir os alunos alfabetizados no último ano desse estágio. O resultado alcançado de 80,8% retrata que não atingimos a meta de 100%. Este fato deve ser observado levando em consideração as dificuldades intelectuais de muitos de nossos alunos já mencionada anteriormente. Assim, o resultado alcançado mostra o sucesso das famílias, dos alunos e da equipe pedagógica do IBC.

A meta da Ação Capacitação dos Servidores foi alcançada, apesar de ainda estar em discussão a elaboração de uma nova política institucional de capacitação para os servidores do IBC, em que haja a participação dos vários setores – Direção Geral, Diretores de Departamentos, Chefes de Divisão, Divisão de Pessoal e DCRH, além dos servidores. Ressaltamos que o total de 485 capacitações leva em consideração ações internas e externas que atenderam aos servidores do IBC. O índice de Avaliação das Capacitações de Servidores foi alcançado, demonstrando que as capacitações atenderam às expectativas dos servidores, com efetividade. Evidenciando o alcance dos objetivos finalísticos. O número de avaliações recebidas foi bem superior ao exercício anterior, pois mecanismos criados para tornar o referido processo mais efetivo funcionaram. O Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, na modalidade presencial ou à distância, com emissão de certificado aos participantes foi superado, conclui-se, portanto, que a finalização do processo atendeu às expectativas com eficácia. O índice de Avaliação das Capacitações de profissionais na área da deficiência visual foi alcançado, demonstrando que as capacitações oferecidas pelo IBC atenderam às expectativas dos profissionais, com efetividade. Evidenciando o alcance dos objetivos finalísticos, trazendo benefícios para a sociedade. O Índice de Capacitação de profissionais na área da deficiência visual - cursos e oficinas realizados pelo IBC, em outras localidades, com emissão de certificado aos participantes foi superado, conclui-se, portanto, que a finalização do processo atendeu às expectativas com eficácia. O índice de Avaliação das Capacitações de profissionais na área da deficiência visual, em outras localidades, foi alcançado, demonstrando que as capacitações oferecidas pelo IBC atenderam às expectativas dos profissionais, com efetividade. Evidenciando o alcance dos objetivos finalísticos, trazendo benefícios para a sociedade. O Índice de Distribuição de Materiais Especializados – formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro foi alcançado, porém sempre haverá um percentual de pedidos não atendidos, pois alguns não são pertinentes ou estão fora da esfera produtiva desenvolvida pelo DTE. Mesmo assim, a finalização do processo atendeu às expectativas com eficácia. O índice de Avaliação dos materiais especializados nos formatos: braille, ampliado, tridimensionais, linguagem grafotátil e audiolivro foi alcançado, demonstrando que os materiais produzidos e distribuídos pelo IBC atenderam às expectativas dos solicitantes, com efetividade. Evidenciando o alcance dos objetivos finalísticos, trazendo benefícios para a sociedade.

A ação Atendimento a Alunos Jovens e Adultos Cegos, com Baixa Visão ou Surdocegos admitidos no Curso Técnico em Massoterapia que concluíram e estão qualificados para o mercado de trabalho não teve não foi quantificada no exercício, pois não tivemos formandos em 2017, o que vai acontecer no primeiro semestre de 2018. O índice de evasão dos alunos do DMR ficou baixo, o que pode demonstrar a relevância e o envolvimento dos alunos nas diversas atividades propostas pelo Departamento.

O Programa de Residência Médica demonstrou seu desenvolvimento científico ultrapassando a meta na produção de estudos e pesquisas científicas, participação e apresentação de trabalhos em Congressos Oficiais e trabalhos de conclusão de curso- TCC na área da oftalmologia. Obtivemos sucessos em todas as cirurgias de catarata realizadas e o índice de atendimento oftalmológico ultrapassou o esperado, retratando o quadro de necessidade de atendimento especializado por que passa a população.

De forma geral podemos afirmar que o IBC atingiu seus objetivos e que as ações, os índices e os indicadores serviram para que pudéssemos perceber as necessidades dos diferentes setores da instituição.

5 - GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1- Descrição das estruturas de Governança

Na estrutura regimental do Ministério da Educação, Decreto 7690/12, Anexo I, capítulo II, art. 2º, inciso

II, letra g define o Instituto Benjamin Constant como órgão específico singular da administração direta. O Regimento Interno do IBC, no Capítulo VI, artigos 29, 30, 31, 32 e 33 define a composição e regulamenta as atribuições do Conselho Diretor, sendo o colegiado máximo da Instituição. O Conselho Diretor tem a seguinte composição: Diretor-Geral do IBC (presidente); Diretores dos departamentos ou seus substitutos legais, 1 Representante do Ministério da Educação, 1 representante dos servidores docentes ou o seu suplente, eleitos por seus pares, 1 representante dos servidores técnico-administrativos ou o seu suplente, eleito por seus pares e 1 representante da APAR - Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC ou seu suplente, na qualidade de pai de aluno efetivo, eleito por seus pares.

O Conselho diretor também participa da elaboração do planejamento global da Instituição, acompanhando sua execução; opina sobre a proposta orçamentária a ser encaminhada à autoridade competente; normatiza a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de Pessoal Técnico-Administrativo (CIS-IBC) , aprovando seus regimentos internos e suas deliberações; e estabelece critérios para a realização de concursos públicos para o IBC, dentre outras atribuições.

O Instituto Benjamin Constant será dirigido por Diretor-Geral, os Departamentos por Diretor, as Divisões por Chefe, cujos cargos e funções serão providos na forma da legislação vigente.

O Diretor-Geral do Instituto Benjamin Constant será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, escolhido dentre os servidores do quadro do Instituto que detenham título de graduação superior e que estejam em efetivo exercício há, no mínimo, cinco anos.

Os ocupantes dos cargos e funções previstos no Regimento Interno poderão ser substituídos, em seus afastamentos e impedimentos regulamentares, por servidores por eles indicados e previamente designados, na forma da legislação específica.

Ao Diretor Geral do Instituto Benjamin Constant incumbe: dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Instituto, decidir, após discussão no Conselho Diretor, sobre planos, programas, projetos e atividades do Instituto, gerir, coordenar e controlar a utilização dos recursos do Instituto, assinar, em conjunto com o Diretor do Departamento de Planejamento e Administração empenhos, ordens de pagamento e outros documentos correlatos, celebrar acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes com entidades públicas ou privadas, tendo em vista a consecução

das finalidades do Instituto, ouvido o Conselho Diretor, controlar, designar, movimentar, promover e dispensar pessoal, de acordo com a legislação vigente, baixar portarias, instruções, ordens de serviço e demais atos necessários à execução das atividades do Instituto e representar o órgão na forma da legislação em vigor.

Ao Chefe de Gabinete incumbe: substituir o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais, assistir ao Diretor-Geral em todas as questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do Instituto, controlar e avaliar a execução dos planos, programas e

projetos do Instituto, compatibilizar e coordenar a elaboração da programação anual do Instituto, propor, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação ou adequação de planos, programas e projetos e desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Geral do Instituto.

O Diretor Geral conta ainda com os Órgãos de Assessoramento:

CPPD - A CPPD tem como função assessorar o colegiado competente e os dirigentes das instituições federais de ensino na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal voltada para os professores.

CIS - À Comissão Interna de Supervisão do Pessoal Técnico-Administrativo em Educação - CIS tem como competência acompanhar a execução e fiscalização do Plano de Carreira dos Servidores Técnico- Administrativos em todas as suas etapas, propondo alterações para aprimorá-lo e orientando a área de pessoal da Instituição. A CIS também acompanha o processo de identificação dos ambientes organizacionais da IFE proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram, dentre outras atribuições.

Comissão Técnico Científica - A Comissão Técnico Científica tem como competência: avaliar os trabalhos técnico-científicos dos profissionais do Instituto Benjamin Constant com vistas a apresentações em eventos; estabelecer critérios e elaborar instrumentos de avaliação com o objetivo de padronizar o processo de análise e classificação dos trabalhos encaminhados à Comissão, além de registrar e arquivar os pareceres emitidos sobre eles.

Comitê de TI - O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) tem por finalidade o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

5.2- Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

No ano de 2017 não foi instaurado nenhum Processo Administrativo Disciplinar relacionados à conduta dos servidores. O Processo nº 23119.000647/2014-13 foi encerrado pela Comissão composta por membros indicados pelo MEC que recomendou pelo seu arquivamento sendo acatado pela Direção Geral.

5.3 Gestão de riscos e controles internos

O Instituto Benjamin Constant, no momento, pratica o seu controle interno através de reuniões com os Diretores dos Departamentos e mensalmente convoca o Conselho Diretor para deliberarem sobre questões ligadas ao bom desempenho da Instituição.

Contamos ainda com a Comissão de Ética que promove reuniões periódicas de caráter educativo com os servidores do IBC como também a gestão dos fiscais nos contratos de serviços e de terceirização. O IBC conta ainda com uma dinâmica de documentos no controle do patrimônio.

O IBC por ser um Órgão da Administração Direta do MEC não tem Comissão de Auditoria Interna.

6- ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O IBC foi contemplado nos últimos anos, com um número satisfatório de docentes cuja titulação em vários níveis qualificou seu quadro efetivo. Em contrapartida, o corpo técnico administrativo continua altamente carente pelo volume reduzido de servidores. Um fator preocupante na gestão é o numeros de pedidos de aposentadoria tanto do corpo docente como do corpo técnico ,fato que poderá causar a Instituição um prejuizo em suas atividades e ações.Portanto, necessita-se de concursdo publico para atendimento dessa demanda.

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade Quadro - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	257	257	12	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	257	257	12	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	246	246	12	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	8	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	12	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	269	269	13	23

Fonte: SIAPE

Quadro - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Area Meio	Area Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	81	176
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	81	176
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	74	172
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	81	177

Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Cargos de Direção (CD)	9	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	7	0	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	1	0
1.3. Grupo Direção e Assessoramento Superior (DAS)	0	0	0	0
1.3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.3.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.3.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.3.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas (FG)	38	34	6	5
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	31	31	6	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso (FUC)	3	3	0	0
3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	3	0	0
3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
3.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)	50	46	7	6

Fonte: SIAPE

6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Venciment os e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2016	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	19.364.314,63	447.285,64	2.218.387,52	888.496,87	1.580.727,10	989.205,85	8.141.448,75	4.408.424,98	ZERO	38.038.291,34
	2016	13.454.203,73	586.509,09	1.682.618,57	5.692.783,73	2.166.640,96	799.717,08	ZERO	ZERO	ZERO	24.614.937,02
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2016	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2016	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2016	42.579,07	ZERO	3.659,55	1.156,25	7.231,72	1.134,10	ZERO	ZERO	ZERO	55.760,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
	2016	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO

X=exercício de referência do relatório de gestão

Fonte:

6.1.2 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

Com o número reduzido de servidores técnico-administrativos, por concurso público, fomos obrigados a recorrer à contratação de pessoal por terceirização. Sabemos que essa modalidade de contratação não supre em definitivo as necessidades Institucionais. Precisaríamos de servidores concursados nos cargos de revisor de textos em Braille, revisor, assistente em administração e tantos outros.

Outro grave problema são os servidores técnico-administrativos, tanto os de nível médio como os de nível superior, buscam sistematicamente, ascensão profissional e melhores salários através de novos concursos. Assim, as poucas vagas que temos recebido nos últimos anos em concursos realizados, perdem-se, causando um círculo vicioso onde as carências, a cada dia, são aprofundadas. Tais servidores são fundamentais porque apóiam, em diferentes setores, as ações desenvolvidas pela Instituição.

Desde 2003, o Instituto Benjamin Constant pede autorização para abertura de concurso público para a criação de cargos que não constam em nosso quadro de servidores: fisioterapeutas, musicoterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas entre outros, que têm fundamental importância no processo educacional dos nossos alunos que na atualidade, mais e mais apresentam problemas no seu desenvolvimento global. Tal fato tira dessas crianças a possibilidade real de crescerem e se tornarem indivíduos verdadeiramente produtivos. A atuação desses profissionais é de alta relevância para apoiarem a ação docente.

Ressaltamos, ainda, a falta no nosso quadro efetivo de alguns profissionais da área da saúde como médicos anestesiologistas, médicos em diferentes áreas da oftalmologia, bem como em clínica médica, ortoptistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem que podem comprometer o andamento de nossa Residência Médica credenciada pelo MEC, bem como o desenvolvimento de nossas ações referentes à prevenção das causas da cegueira. Seria de suma importância que esses profissionais fizessem parte do nosso quadro efetivo de servidores.

Pelo exposto, percebemos que os fatores citados desestabilizam a estrutura da Instituição, visto que muitas vezes, profissionais de todas essas áreas são capacitados e pelos fatores já apontados, deixam a Instituição; tal fato se constitui, efetivamente, num grande risco de esvaziamento e queda na qualidade da prestação de seus serviços e atendimentos, de uma instituição que tornou-se por tudo isso Centro de Referência Nacional nas questões concernentes à Deficiência Visual e, por isso, reiteramos o que temos apontado nos últimos Relatórios de Gestão.

6.1.3 Contratação de Pessoal de apoio e de estagiários

Em virtude das necessidades expostas acima, contamos também com o apoio de mão de obra terceirizada para a realização e cumprimento de nossa missão institucional.

Ressaltamos que todos os cargos de terceirização são informados em planilha no site da CGU.

Durante o ano de 2017, em cumprimento ao Decreto nº 8540 de 09/10/2015, nossos contratos de pessoal de apoio foram diminuídos em 20% (vinte por cento) dificultando ainda mais o cumprimento das nossas ações.

Contratação de estagiários

Em consequência do nosso reduzido quadro efetivo de servidores, podemos contar com 38 vagas de estagiário, assim distribuídas: 27 de nível superior e 11 de nível médio.

A contratação de estagiários é feita a partir da demanda apresentada pelos Diretores de Departamento, dando suporte as ações e atividades desenvolvidas por esses mesmos departamentos.

Contratação de Estagiários

Estagiários	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Nível Superior	27	20	3	23
2. Nível Médio	11	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Exercício 2017	Bolsa de Estágio (R\$ 520,00)	Auxílio-transporte Estagiário (R\$ 6,00 por dia)	Total
		R\$ 74.880,00	R\$ 17.478,00

Contratação de bolsistas

Em função da Residência Médica credenciada pelo MEC desde 2001, tivemos no ano de 2017, 11 médicos residentes assim distribuídos: R2 - 05 e R3 – 06

Contratação de Médicos Residentes

Bolsistas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Médicos Residentes (Sem vínculo)	21	11	0	10

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Exercício 2017	Retribuição Residência Médica (R\$ 3.330,43)	Auxílio-Alimentação (R\$ 458,00)	Total
		R\$ 549.520,95	R\$ 75.570,00

6.1.4 Contratação de Consultores, com base em projetos de cooperação técnica com os organismos internacionais-

Não houve contratação de consultores no exercício.

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (Regular)

Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT						
UG/Gestão: 152004/0001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Prestação de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo consertos e reparos (Oficiais de Manutenção e Auxiliares de Manutenção)	MRO SERVIÇOS LTDA – EPP (03.539.770/0001-03)	27/06/2011	26/06/2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	E
2012	Contratação de serviços de Designer Instrucional.	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/0001-80)	15/06/2012	06/01/2017	Ensino Superior	E
2012	Prestação de serviços de suporte operacional às atividades desenvolvidas no setor gráfico do Instituto Benjamin Constant (Oficial de Editoração Eletrônica de Texto, Oficial de Revisão Braille, Oficial Técnico em Manutenção de Impressoras Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Offset, Meio Oficial de Impressão	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	19/06/2012	18/06/2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	E

	Offset, Oficial de Impressão de Máquina de Esteriotipia Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Braille, Oficial de Impressão Termovácuo, Oficial de Impressão Braille Computadorizada, Oficial de Encadernação, Oficial de Operação de Guilhotina Automática, Oficial de Expedição e Almoxarifado, Encarregado de Produção)					
2012	Prestação de serviços de suporte operacional às atividades desenvolvidas nos Departamentos de Educação e de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação do Instituto Benjamin Constant (Assistente de Alunos, Bibliotecários e de Farmacêuticos)	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	08/10/2 012	07/10/2 017	Ensino Médio e Ensino Superior	E
2014	Prestação de serviços continuados de secretariado e suporte operacional em diversas atividades e funções necessárias ao funcionamento de todos os Departamentos do Instituto Benjamin Constant – IBC (Lavadeira, Costureira, Contínuo, Salva-Vidas, Piscineiro, Operador de Som, Porteiro, Almoxarife, Recreador, Recepcionista, Técnico em Secretariado).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	15/05/2 014	02/09/2 018	Ensino Fundamental e Ensino Médio	P
2014	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização,	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E	11/09/2 014	10/09/2 018	Ensino Fundamental	P

	jardinagem e supervisão administrativa (Servente, Jardineiro, Operador de Roçadeira e Encarregado com Fornecimento de Materiais).	COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)				
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	02/10/2 016	30/03/2 017	Ensino Médio e Ensino Superior	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes, Analista Programador, Help Desk e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	16/10/2 016	13/04/2 017	Ensino Médio	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	ANGEL'S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/000 1-78)	23/12/2 016	20/06/2 017	Ensino Médio	E
2016	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Ortoptista	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	06/03/2 017	01/09/2 017	Ensino Superior	E
2017	Prestação de serviços de Cuidador	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI (68.565.530/000 1-10)	03/04/2 017	02/04/2 018	Nível Fundamental com curso livre de cuidador com carga horária mínima de 80 horas	A
2017	Prestação de serviços, em	TECNISAN	31/03/2	26/09/2	Ensino Médio e Ensino	E

	caráter Emergencial, de Apoio (Arquitetos, Ascensoristas, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	017	017	Superior	
2017	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de informática (Analista de Suporte de Redes; Analista Programador; Help Desk e Designers Gráficos).	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	14/04/2017	10/10/2017	Ensino Médio	E
2017	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de suporte operacional às atividades desenvolvidas no setor gráfico do Instituto Benjamin Constant (Oficial de Editoração Eletrônica de Texto, Oficial de Revisão Braille, Oficial Técnico em Manutenção de Impressoras Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Offset, Meio Oficial de Impressão Offset, Oficial de Impressão de Máquina de Esteriotipia Braille Computadorizada, Oficial de Impressão Braille, Oficial de Impressão Termovácuo, Oficial de Impressão Braille Computadorizada, Oficial de Encadernação, Oficial de Operação de Guilhotina Automática, Oficial de Expedição e Almoxarifado, Encarregado de Produção)	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/000 1-43)	19/06/2017	08/10/2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	E
2017	Prestação de serviços, em	ANGEL'S	21/06/2	17/08/2	Ensino Médio	E

	caráter Emergencial, de vigilância/segurança patrimonial, desarmada.	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (03.372.304/000 1-78)	017	017		
2017	Prestação de serviços continuados, em caráter Emergencial, de manutenção predial preventiva e corretiva, incluindo consertos e reparos (Oficiais de Manutenção e Auxiliares de Manutenção)	MRO SERVIÇOS LTDA – EPP (03.539.770/000 1-03)	27/06/2017	23/12/2017	Ensino Fundamental e Ensino Médio	E
2017	Prestação de serviços de Nutricionista	ANGEL'S SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI (68.565.530/000 1-10)	03/07/2017	29/03/2018	Ensino Superior	A
2017	Prestação de serviços de Copidesque	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	18/08/2017	17/08/2018	Ensino Superior	A
2017	Prestação de serviços de Ascensorista	TECNISAN TÉCNICA DE SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (29.000.841/000 1-80)	18/08/2017	17/08/2018	Ensino Fundamental	A
2017	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de Apoio (Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Locutores, Motoristas e Musicoterapeutas).	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/000 1-43)	27/09/2017	25/03/2018	Ensino Médio e Ensino Superior	A
2017	Prestação de serviços de	G4F	16/10/2	15/10/2	Ensino Médio	A

	Informática (Técnico de Suporte de Redes; Técnico Programador; Técnico de Help Desk; Designers Gráficos)	SOLUÇÕES CORPORATIVA S LTDA (07.094.346/0001-45)	017	018		
2017	Prestação de serviços, em caráter Emergencial, de suporte operacional às atividades desenvolvidas no setor gráfico do Instituto Benjamin Constant (Oficial de Editoração Eletrônica de Texto (Tinta e Braille), Oficial de Revisão Braille, Oficial de Impressão Offset, Oficial de Impressão Braille, Oficial de Encadernação, Oficial de Operação de Guilhotina Automática, Encarregado de Produção)	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA (29.212.545/0001-43)	09/10/2017	08/10/2018	Ensino Médio	A

LEGENDA

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

6.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

- Gestão da frota de veículos

Não temos frota terceirizada.

Nossos veículos são para uso institucional: os ônibus atendem nossos alunos em suas atividades culturais, os demais veículos atendem a Instituição em suas demandas, tanto pedagógicas quanto administrativas.

O quadro abaixo informa o uso, a idade média da frota e sua manutenção. A Divisão de Serviços Gerais mantém um controle rígido no uso e manutenção dos veículos, através de formulário próprio.

Nossa frota está em bom estado sem necessidade de substituição e nem de contrato de manutenção. Quando ocorre algum problema fazemos orçamento em mais de uma oficina mecânica e damos início ao processo licitatório para os devidos consertos.

Como o uso é restrito às atividades institucionais optamos pela aquisição em detrimento da locação, pois o custo é bem menor. O último veículo adquirido foi em 2013.

FROTA DE VEÍCULOS DO IBC REFERÊNCIA ANO 2017 / SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

QTD	PLACA	MODELO	COMBUSTIVEL	ANO	IDADE DA FROTA	KM ANUAL RODADO	GASTO TOTAL C/ COMBUSTIVEL	DATA DO SERVIÇO	MOTIVO DA REVISÃO	VALOR PAGO NO SERVIÇO	LOCAL DA REVISÃO	SEGURO OBRIGATÓRIO DETRAN	SEGURADORA	VALOR DO SEGURO
1	LLA 5462	ONIBUS	DIESEL	2009	8 ANOS	649	2.740,06					156,82	MAFRE	5.883,33
2	KNV 9703	ONIBUS	DIESEL	2009	8 ANOS	1324	2.070,00	27/09/2017	COMPRA DE 02 BATERIAS 150AMP	1.400,00	REI DAS BATERIAS	156,82	MAFRE	5.587,53
3	KZY 0659	BESTA	DIESEL	2005	12 ANOS	3039	3.750,00	06/03/2017	LANTERNAGEM	2.510,00	HIJET	156,82	MAFRE	2.433,34
4	LKP 2814	RENAUT	FLEX	2008	9 ANOS	3604	4.210,98					67,84	MAFRE	5.063,33
5	KPQ 9741	RENAUT	FLEX	2013	4 ANOS	5445	4.382,68					67,84	MAFRE	2.531,33
6	LKZ 3745	KOMBI	FLEX	2009	8 ANOS	2941	4.286,00	10/03/2017				67,84	MAFRE	3.083,32
							05/09/2017	conserto PANE	1.682,00	HIJET				
7	KMY 6420	PARATY	GASOLINA	2001	16 ANOS	5290	3.896,53	18/05/2017	REVISÃO 120.000 KM	R\$ 1.144,00	HIJET	67,84	MAFRE	2.433,34
							05/09/2017							

ANO 2017		JAN (km)	DEZ (km)	KM ROD NO ANO
ONIBUS	LLA5462	8647	9296	649
	KNV9703	10442	11766	1324
LOGAN	LKP2814	63772	67376	3604
LOGAN	KQP9741	8150	13595	5445
BESTA	KZY0659	45928	48967	3039
PARATY	KMY6420	119880	125170	5290
KOMBI	LKZ3745	49717	52658	2941

6.2.1 -Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Por ser um órgão da administração direta do Ministério da Educação - MEC o Instituto Benjamin Constant segue as normas estipuladas pelo MEC.

Nossa frota está em bom estado apesar dos veículos terem cinco ou mais de cinco anos de uso.

6.3- Gestão do Patrimônio imobiliário da União

Quadro distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UN DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Município 1:	02	02
	Município 2		
	Município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	Município 1		
	Município 2		
	Município "n"		
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAIS 1	Σ	Σ
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade "n"		
	PAIS "n"	Σ	Σ
	Cidade 1		
	Cidade 2		
	Cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

6.3.1 Imóveis sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
152004	6001.03760.500-4	21	3	9.306.402,00	15/05/2013	18.281.040,33
152004	6001.03761.500-0	21	3	3.194.167,00	15/05/2013	3.194.167,00
Total						

Regime:

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1 - Aquicultura | 12 - Em regularização - Outros |
| 2 - Arrendamento | 13 - Entrega - Adm. Federal Direta |
| 3 - Cessão - Adm. Federal Indireta | 14 - Esbulhado (Invadido) |
| 4 - Cessão - Outros | 15 - Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro) |
| 5 - Cessão - Prefeitura e Estados | 16 - Irregular - Cessão |
| 6 - Cessão Onerosa | 17 - Irregular - Entrega |
| 7 - Comodato | 18 - Irregular - Outros |
| 8 - Disponível para Alienação | 20 - Locação para Terceiros |
| 9 - Em processo de Alienação | 21 - Uso em Serviço Público |
| 10 - Em regularização - Cessão | 22 - Usufruto Indígena |
| 11 - Em regularização - Entrega | 23 - Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- 1 - Novo
- 2 - Muito Bom
- 3 - Bom
- 4 - Regular
- 5 - reparos importantes
- 6 - Ruim
- 7 - Muito ruim (valor residual)
- 8 - Sem Valor



[Consulta Imóvel por UG | TROCAR](#)
[Menu](#)

Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa			
Proprietário Oficial : Todos			
UF : Todas			
Situação : Ativo			
UG : 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ			
Total de Imóveis: 2 UF : RJ - Rio de Janeiro		Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	17.475.207,33 4.000,00 21.475.207,33
Total de Imóveis: 2 Município :		Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	17.475.207,33 4.000,00 21.475.207,33
6001 - RIO DE JANEIRO			
Total de Imóveis: 2		Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	17.475.207,33 4.000.000,00 21.475.207,33
RIP : 6001.03760.500-4			
Avenida PASTEUR, 350 URCA CEP 22290-250		Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	16.781.040,33 1.500.000,00 18.281.040,33
RIP : 6001.03761.500-0			
Avenida PASTEUR, 368 URCA CEP 22290-255		Valores em R\$ Terreno : Benfeitoria : Imóvel :	694.167,00 2.500.000,00 3.194.167,00

Informações extraídas em 30/03/2017 17:05

Secretaria do Patrimônio da União

6.3.2 Informações sobre a estrutura física

Informações sobre a infraestrutura física

ÁREA DO IBC N° 368	m ²
ÁREA TOTAL DO TERRENO	2.869,70
Prédio Gabinete	266,77
Prédio Dept° Adm.	1.117,66
Guarita I	20,01
Subestação	30,09
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	1.434,53

ÁREA DO IBC N° 350	m2
ÁREA TOTAL DO TERRENO	34.329,17
Área Livre	
Piscina	350,00
Piscina Fisioterápica	112,00
Campo de Futebol	1.413,49
Estacionamento 1	2.915,45
Estacionamento 2	3.496,09
Estacionamento 3	5.552,47
Playground	5.097,03
Pátio Interno	3.703,16
ÁREA TOTAL LIVRE	22.639,67

ÁREA CONSTRUÍDA N° 350	m2
Prédio Principal	9.895,10
Cantina	1.296,27
Educ. Física e Coz. Indust.	571,43
Biblioteca	413,96
Prédio Imp. Braille	1.565,06
Ginásio M. Gonçalves	859,48
Garagem	202,50
Lavanderia	76,23
Lixeira	30,24
Casas de AVD	255,10
Vestiário	60,24
Casa de Bombas/1° socorro	47,64
Guarita 3	4,00

Casa Diesel	6,25
Casa Bomba	12,96
Depósito Gás DMR	2,88
Praça Ledores	33,64
Guarita 2	4,00
Nobreak 1	13,44
Nobreak 2	13,44
Subestação 500KVA	15,84
Casa de Bomb. Cisterna	12,96
Total	15.392,66
Área total do Terreno IBC (M ²)	37.198,87
Porcentagem da área Livre (%)	59,00
Área total do terreno (M2)	34.329,17
Área Permeável (M2)	10.457,38
Taxa de ocupação (%)	45,00

Obs: Pelas medições em planta das áreas construídas e livres, a área total do terreno do IBC passaria dos 40 mil m². Devido a essas discrepâncias estabeleceu-se, por hora, uma média para aproximação da atualização ao valor que já constava no registro existente desde 1976 da última atualização no SPIUNET, uma vez que não possuímos nenhum registro preciso atual.

6.3.3 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Mantemos uma equipe de manutenção sob a supervisão do Administrador de Edifícios que, junto com o Coordenador de Manutenção e Obras, acompanha e orienta os serviços de prevenção, que são fiscalizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC.

Por falta de orçamento fomos obrigados a encerrar o contrato de vigilância em julho de 2017. O monitoramento por vídeo câmeras foi mantido.

6.3.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O IBC tem um Convênio com a Secretaria de Estado de Educação, para o desenvolvimento de ações educacionais para jovens e adultos, por meio da cessão de espaço físico no IBC, para funcionamento do CEJA IBC, unidade escolar mantida pela SEEDUC, visando o atendimento à comunidade em geral, com prioridade aos deficientes visuais.

6.3.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros - Não se aplica ao IBC

6.4 -Gestão da Tecnologia da Informação

O IBC tem por Instrumento Normativo, no que diz respeito à TI, a *Política Geral de Informática* (em vigor

desde 2010). Um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) ainda encontra-se em fase de elaboração.

O Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) do Instituto Benjamin Constant (IBC) tem por finalidade o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) ao disposto no Plano Plurianual (PPA).

COMPOSIÇÃO ATUAL (2017): O Comitê de TI do IBC é composto pelos seguintes servidores das áreas de Tecnologia da Informação e de Negócio da Instituição:

PRESIDÊNCIA:

o João Ricardo Melo Figueiredo (Presidente) o
 Érica Deslandes Magno Oliveira (Substituta) o
 Lorena Maria de Barros Pedrosa (Secretária)

ÁREA DE TI:

o Gerson Fonseca Ferreira (Chefe da CGI) o
 Moacir de Jesus Gomes (Analista de TI) o
 Michel Diniz da Silva (Técnico de TI)

ÁREA DE NEGÓCIO:

o Maria Odete Santos Duarte (Diretora do DPA)
 o Paulo Augusto da Costa Rodrigues (Diretor do DED) o Ana Luísa de Araújo (Diretora do DTE)
 o Rosane Menezes Pereira (Diretora do DMR)

CONVIDADOS:

o Anderson de Oliveira Vallejo (Especialista em Informática Educacional) o Jorge Fiore de Oliveira Junior (Especialista em Acessibilidade)

ATRIBUIÇÕES:

Avaliar e rever a proposta para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do IBC (em anexo), bem como a elaboração da versão final desse documento;

Participar da elaboração de novas soluções de TI, coordenando a formulação de propostas de políticas, diretrizes e estratégias de Tecnologia da Informação;

Avaliar o alinhamento das propostas de novas soluções de TI às estratégias organizacionais;

Definir prioridades para os projetos;

Assegurar que são identificados todos os custos e benefícios nas propostas de novas soluções de TI;

Aprovar a alocação de recursos orçamentários destinados à TI;

Garantir que haja gestão de risco dos projetos;

Acompanhar o progresso de projetos de TI relevantes, dentre outras responsabilidades;

Encaminhar periodicamente aos órgãos de controle apropriados informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso da TI no âmbito do IBC;

Participar da elaboração dos editais de concurso públicos pertinentes à área de TI

Participar da elaboração dos Termos de Referência para futuras licitações na área de TI;

Promover a adequada publicidade e transparência das informações.

O Comitê foi criado pela Portaria N 321, de 22/11/2016.

6.4.2 Principais sistemas de Informações

SigaEdu:

Objetivo: Administração escolar dos discentes do Instituto Benjamin Constant matriculados no curso de massoterapia.

Responsável Técnico: Moacir Gomes
 Responsável pela área de negócio: Servidora Márcia Lins
 Origem do Software: Software Público
 Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

Sidoc

Objetivo: Administração de documentos eletrônicos administrativos.
 Responsável Técnico: Moacir Gomes
 Responsável pela área de negócio: Servidora Maria Odete Duarte
 Origem do software: Software Público
 Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

SysIBC- Sistema Integrado de Gestão e Controle - Controle de Patrimônio Objetivo:
 Administração do ativos permanentes da Instituição.

Responsável Técnico: Moacir Gomes
 Responsável pela área de negócio: Servidor Paulo Andrade Santiago
 Origem do software: Desenvolvido pela Coordenação geral de Informática
 Manutenção do software: Realizada pela a equipe de desenvolvimento de sistemas da própria Instituição.

Sophia

Responsável Técnico: Hoover Diogo
 Responsável pela área de negócio: Servidor Renan Tostes
 Objetivo: Administração de reservas de Livros da biblioteca do Instituto Benjamin Constant.
 Origem do Software: PRIMA (Empresa Terceirizada)
 Manutenção do software: Realizada pela empresa contrata PRIMA

Sistema SEI

O Sistema SEI, ainda não implantado, passou por diversos ajustes em 2017
 Foi criado um ambiente de testes para conectar o Sistema SEI no o servidor LDAP (Lightweight Directory Access Protocol) é um protocolo que permite realizar a autenticação de usuários em um único e simples servidor centralizado assim todos os usuários utilizaram os Login e senha do serviço de e-mail.

Foi apurado que o sistema SEI necessitaria de um serviço para armazenar arquivos de documentos do sistema. fui nomeado a criar um ambiente para testar a tecnologia NFS (acrônimo para Network File System) a fim de compartilhar arquivos e diretórios entre computadores conectados em rede, formando assim um diretório virtual. Assim o sistema SEI tem um servidor exclusivo para armazenamento de documentos.

Cliente: *Direção-Geral do IBC*

Atores: *Michel Diniz da Silva e Hoover Diogo Ribeiro*

Novo Site do IBC

Foram implementadas atualizações de segurança.

Cliente: *Direção-Geral do IBC*

Atores: *Michel Diniz da Silva e Ronald de Melo Marques*

Sistema da DCRH

Foi dado início ao novo Sistema de Cadastro de Estagiários, Voluntários e Cursistas. Em virtude das necessidades administrativas da DCRH, foram realizadas entrevistas com os colaboradores do setor e também a análise documental da fonte de dados que encontra-se no site www.abc.gov.br, sendo identificados quatro processos administrativos que precisam ser automatizados: Curso de Extensão Presencial, Curso de Extensão à Distância, Admissão de Voluntários e Admissão de Estagiários.

O processo administrativo 'Curso de Extensão Presencial' e também o processo administrativo 'Curso de Extensão à Distância' dividem-se em quatro subprocessos: Central de Inscrições, Apoio Administrativo, Apoio Docente e Apoio Discente.

Para otimização dos processos 'Curso de Extensão à Distância' e 'Curso de Extensão Presencial', foi dada a estimativa mínima de 10 meses e máxima de 14 meses para este ato.

Cliente: *Divisão de Capacitação de Recursos Humanos*

Atores: *Moacir de Jesus Gomes, Michel Diniz da Silva e Ronald de Melo Marques*

OJS (Open Journal System)

Atualmente no servidor encontra-se a versão 2.4.6.0 e a versão mais recente é a 3.1.0.0 porém a configuração do servidor atual não comporta a nova versão. Foi realizado um teste de migração em uma máquina de teste com sucesso, migrando a base de dados antiga e configurando na nova versão do sistema. A atualização para a versão 3 se fará necessária tendo em vista que as atualizações para as versões antigas não receberão mais suporte. Estamos em processo de compra de novos servidores para que possamos dar prosseguimento a essa atualização.

Cliente: *Divisão de Documentação e Informação*

Atores: *Michel Diniz da Silva e Ronald de Melo Marques*

Software Livre

Este projeto tinha por finalidade reduzir a dependência em relação a softwares proprietários. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes medidas em 2017:

Criação de documentação para substituição a suíte de escritório Office (PowerPoint, Word, Excel, Outlook) por uma suíte de aplicativos livre para escritório.

Criação de ambiente de teste para implantar o *Sistema de Controle de Versões*, que tem a finalidade de gerenciar diferentes versões no desenvolvimento documentos e códigos.

Cliente: *Coordenação Geral de Informática*

Atores: *Michel Diniz da Silva e Ronald Melo Marques*

e) Força de Trabalho:

Quantitativo de Profissionais da Área de TI	
Situação	Quantidade
Efetivo do Quadro Permanente	03
Efetivo Oriundo da Área de TI	02
Efetivo Contratado	04

Atualmente, não existem Processos de Gerenciamento de Serviços de TI formalmente instituídos.

Com o volume de ações de TI na Instituição é urgente o incremento no setor no âmbito da contratação de novos recursos humanos. Para administrar os processos já existentes e com o crescimento das ações institucionais será fundamental que o MEC invista em concursos públicos para área da Tecnologia da Informação para o Instituto Benjamin Constant. Além dos projetos de implantação de sistemas e processos na área da TI o público interno realizou e foi atendido, no exercício, em 463 solicitações de TI, o que demonstra a importância do setor, assim como de se investir em sua estrutura para melhor funcionamento da instituição.

6.5 - Gestão ambiental e sustentabilidade

O IBC continua na busca de implantar as boas práticas de uso dos recursos.

O IBC segue inscrito na Rede de Sustentabilidade das Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro sem ter, contudo, participação efetiva atualmente, por falta de servidor. Esteve participando inicialmente nas comissões de uso racional dos recursos naturais, qualidade de vida, construções sustentáveis e responsabilidade socioambiental.

Foi instituída a Comissão Coleta Seletiva Solidária que produziu o Edital nº 03/2017 para contratação de Cooperativas dando início ao desenvolvimento de uma política que vise tratar a separação e destinação dos resíduos sólidos recicláveis. Foram selecionadas duas Cooperativas que fazem o recolhimento da seguinte forma: Cooperativa dos Trabalhadores do Complexo de Bonsucesso Ltda. - recolhe os resíduos nos meses pares; Cooperativa Comunitária Tá Limpo – recolhe os resíduos nos meses ímpares.

O IBC observa os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente no que se refere à origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras que consta como exigência nos editais expedidos por essa Unidade.

Ainda não temos Plano de Gestão de Logística Sustentável.

6.6 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Instituição, nos últimos anos, adotou o uso de papel reciclado e durante o ano de 2017, em virtude do contingenciamento, não houve aquisição de bens e nas poucas contratações de serviços ou obras que fizemos houve a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

7- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A informação é um direito do cidadão. O Instituto Benjamin Constant, cada vez mais, estreita suas relações com a sociedade, disponibilizando canais de comunicação onde seus serviços e atendimentos podem ser acessados, dúvidas podem ser esclarecidas e questionamentos podem ser levantados.

O Instituto Benjamin Constant possui um setor responsável pela divulgação das informações e documentos de interesse dos públicos interno e externo da Instituição - a Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional (CCMI). A comunicação com a sociedade se processa da forma ativa (disponibilizando esses dados através do *site* institucional e das mídias sociais), e da forma passiva (atendendo às demandas específicas que chegam ao setor da população em geral, de seus servidores, funcionários terceirizados, alunos e responsáveis, assim como de organizações públicas e privadas e dos veículos de comunicação de massa).

7.1 Canais de acesso ao cidadão

No ano de 2017 o IBC disponibilizou os seguintes canais:

1) Comunicação ativa

- Site institucional (www.ibc.gov.br)

- Canal no youtube - Instituto Benjamin Constant - Boletim IBC em dia
(https://www.youtube.com/channel/UC_Hv0mKFrLdNsqKMnBoT6uQ)

- Mídias sociais (Facebook e Twitter)

2) Comunicação passiva através do site do IBC

- Fale Conosco

- Serviço de Informação ao Cidadão (e-sic)

- Carta dos Serviços ao Cidadão

No e-sic tivemos 23 solicitações de informações que foram respondidas.

Através do Fale Conosco recebemos 1.303 e-mails divididos da seguinte forma:

- ° 354 - Foram respondidos diretamente pelo Fale Conosco;
- ° 632 - Foram encaminhados para os departamentos/divisões responsáveis pelas informações solicitadas;
- ° 317 - Foram apenas recebidos pelo Fale conosco, pois eram apenas para ciência e acompanhamento.

Não recebemos nenhuma demanda pela Carta dos Serviços ao Cidadão.

No âmbito da Coordenação de Comunicação e Marketing Institucional foram executados as seguintes ações no ano de 2017, que representam 100% de atendimento das demandas de cobertura jornalística de eventos e notícias institucionais de interesse público. *

- Redação e publicação de 146 matérias escritas para o *site* institucional;
- Atendimento a 14 solicitações de veículos de comunicação públicos e privados;
- Produção de 16 vídeos de atividades do IBC;
- Esses canais de acesso foram muito importantes, pois propiciaram à sociedade, um maior conhecimento da Instituição, a transparência das ações do IBC e uma análise frequente de nossas demandas, necessidades, serviços e atendimentos. Para o acesso a esses temos servidores responsáveis por acolher e dar o encaminhamento necessário às solicitações da comunidade, funcionando em horário comercial, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi disponibilizada no site do IBC, no link Acesso a Informação.

7.3 -Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Está sendo instituída a prática para a realização da pesquisa de satisfação dos usuários, no IBC em relação aos materiais produzidos e os serviços oferecidos. No Departamento Técnico Especializado DTE, a Divisão de Produção de Material Especializado - DPME e a Divisão de Capacitação de Recursos Humanos - DCRH realizaram a referida pesquisa visando avaliar os materiais didático- especializados, os cursos de capacitação oferecidos em âmbito nacional (interno e externo) e as instalações físicas do IBC, utilizadas nos cursos; No Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação- DMR, a Coordenação de Nutrição realizou a pesquisa visando avaliar os atendimentos oferecidos através da qualidade da alimentação oferecida aos alunos e reabilitandos e a Divisão de Reabilitação, Preparação para o trabalho e Encaminhamento Profissional para avaliar os atendimentos nos Programas de Reabilitação.

Quanto à aferição através dos canais de comunicação, tivemos no e-sic 100% de satisfação com as respostas disponibilizadas.

Informamos ainda que os e-mails respondidos pelo Fale Conosco não tiveram retorno com qualquer tipo de questionamento ou reclamação. Esclarecemos ainda que não temos uma pesquisa de satisfação do cidadão-usuário desse serviço, mas a instituição já está programando a confecção de mais esse instrumento

de aferição, inclusive cobrindo a Carta de Serviços ao Cidadão, para que possam ser inseridos no site e termos um resultado mais sólido com relação à pesquisa de satisfação.

7.4- Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade. Esse ícone está disponibilizado no site do IBC, no lado esquerdo da tela, no link Acesso às Informações, em que todas as informações referentes às ações da Instituição, úteis à sociedade estão disponibilizadas visando a transparência da gestão.

7.5- Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, Nossa unidade busca intervir no espaço físico do Instituto Benjamin Constant de acordo com a lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ao Decreto nº 5.296/2004 e a Norma Técnica nº 9050 da ABNT. A acessibilidade pressupõe vários tipos de iniciativas e ações.

A acessibilização dos espaços desta instituição para atender a seus usuários vêm sendo aplicada à medida que cada reforma e melhoria realizada de forma a garantir tanto nas áreas internas como externas maior segurança e acessibilidade ao deficiente. Não houve atuação em obras institucionais no ano de 2017. Destacamos a participação da comissão de acessibilidade na construção do site institucional e em reuniões para elaboração do projeto de identidade visual do IBC.

Acessibilidade educacional e cultural

- As questões referentes ao ensino de estudantes cegos ou com baixa visão são apoiadas em materiais didáticos acessíveis produzidos, criados e adaptados por nossas equipes de trabalho. Materiais em Braille, tipos ampliados e em áudio. O material pedagógico é todo ele direcionado a esses dois grupos de alunos, atendendo suas especificidades, usando técnicas e materiais compatíveis em relação às disciplinas e conteúdo específicos;
- O universo cultural também é trazido por materiais especializados, aulas de artes plásticas; contamos, inclusive, com uma oficina de cerâmica e um acervo de maquetes.

Tecnologia Assistiva

- Trabalhamos apoiados por programas específicos para pessoas cegas ou com baixa visão. Leitores de tela, softwares que ampliam fontes e trabalham com diversos contrastes e ferramentas para melhorar o desempenho para pessoas com baixa visão. Equipamos a biblioteca Luis Braille e outros espaços com máquinas de última geração que oferecem leitura em Braille (linha Braille), confeccionam desenhos em relevo (fusora) e outras que convertem o texto escrito em áudio (scanner de voz). Possuímos ainda um estúdio de gravação no qual produzimos o audiolivro. O Instituto Benjamin Constant conta com 05 laboratórios de informática: 02 na Divisão de Ensino, 02 na Divisão de Reabilitação Preparação para o Trabalho e Encaminhamento Profissional e 01 na Divisão de Capacitação de Recursos Humanos. Este último atendendo aos cursos que qualificam profissionais docentes e técnicos que atuam na área da deficiência visual de todo o país.

Acessibilidade Social

- O Instituto Benjamin Constant promove a interação entre seu alunado e a sociedade. Saídas pedagógicas (visitas a museus, espaços culturais, pontos turísticos, feiras e exposições) dão à pessoa com deficiência visual informação, participação social, senso crítico e acesso a tudo aquilo que forma o intelecto e o burilamento do espírito do homem

A comissão de acessibilidade realizou as seguintes atividades em 2017:

Acessibilidade Digital: Desenvolvimento de Aplicativo para Navegação na Web - Humberto Sousa Pacheco – UNIRIO.

Acessibilização da Região Amazônica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Claudia Rabelo Lopes - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Ministério do Meio Ambiente.

Parecer sobre o Painel Eletrônico de Avisos para Cegos: Projeto Desenvolvido pelo Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

Projeto de Identidade Visual do IBC: empresa Tecnische – Estudos e sugestões sobre as placas de identificação no âmbito tátil e visual.

Projeto de Sinalização predial para pessoas com baixa visão – Suzana Amaral - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Escola Superior de Redes: desenvolvimento de cursos acessíveis a distância. Uso de ferramentas que atendem às pessoas com deficiência visual - Lourdes Soncin e Regina Piellusch - Relacionamento com Clientes.

Projeto de Sinalização em Braille – Priscila Magalhães - IFPA/Campus Belém.

Matheus Rocha – Curso de Jornalismo UFRJ – Trabalho sobre Acessibilidade

Bárbara Nóbrega – Curso de Jornalismo UFRJ – Trabalho sobre Acessibilidade Cultural.

Mestrado UFRJ – Acessibilização do Aeroporto Santos Dumond – Erika Cavalcante.

Projeto PossivLê: Luiz Eduardo – SENAI Cinelândia – Aplicativo para Leitura em Áudio.

Projeto Pé de Feijão - Luisa Haddad – Construção de Horta Vertical desenvolvida no espaço cedido pelo Serasa da Cidade de São Paulo. O projeto destina-se a pessoas cegas e também em processo de reabilitação. Nossa Comissão orientou a utilização e melhor aproveitamento do espaço e sinalização que facilitasse a circulação das pessoas cegas durante o seu trabalho, segundo o projeto que nos foi enviado através de inúmeras fotos.

Discussão dos Membros da Comissão a cerca do contraste no site do IBC. Discussão levada à servidora Marília Estevão, e aos membros da TI. A CCMI deu as orientações devidas fornecidas pela informática.

Jogo Educativo para Deficientes Visuais – Leandro Oliveira: o professor e dez alunos - SENAI – Unidade Tijuca – Visita atendida pela Coordenação de Educação a Distância.

Projeto de novo conceito de acessibilidade web: João Victor Magela – Pesquisa de Mestrado.

Resposta a formulários a respeito de projetos de produção de dispositivos eletrônicos que aumenta a independência de pessoas com deficiência visual na ação de pegar transportes coletivos - Jaqueline Silva - Engenharia de Produção no CEFET/RJ.

Exposição Colagens – Isabella Oliveira – Acessibilidade na exposição.

Pedido de orientação para atender às necessidades de uma aluno cego de engenharia civil: Profa. Eliane Café - SRM da EEFTI Gov. Adauto Bezerra, Crato-Ce. A Comissão fez uma série de considerações e indicou várias ferramentas de tecnologia assistiva e ainda orientou-a a buscar em outras fontes os elementos que poderiam minimizar o problema enfrentado pela universidade.

Projeto de documentário sobre como o cego sonha: cineasta Diego dos Anjos.

Projeto de produto para facilitar a locomoção de pessoas cegas: Prof. Cristiano Fuschilo – Setor de Automação do CEFET – Unidade Maria da Graça.

Hotel Novo Mundo: Sr Sergio Santos – Consulta à Comissão se esta profere palestras frente ao relacionamento com pessoas com deficiência visual em diferentes áreas e níveis para atender a diversidade de trabalhos feita pelo hotel.

Acessibilização do Terminal Rodoviário de Niterói - Anibal Borino: por falta de possibilidade de agendamento, este trabalho deverá ser executado em 2018.

Projeto de acessibilização de lojas, atendendo ao público com deficiência visual - Nicole Möllmann – estudante de design.

Grupo de Acessibilidade do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) – Marina Maria – jornalista da Fundação Oswaldo Cruz: orientações para realização de cursos a distância, privilegiando pessoas com deficiência visual.

Projeto de TCC/Curso de Ciência da Computação – Itajaí/SC – Felipe Salazar: parecer a respeito do desenvolvimento de um jogo de força direcionado a crianças com deficiência visual, baseado em comando de voz.

Projeto de acessibilidade para aprendizado e leitura de partituras musicais pelo sistema Braille – Davi Müller – estudante de desenho industrial - por dificuldades de agendamento com os professores da área de música, o referido projeto deverá ser apresentado no ano de 2018.

Curso de Jornalismo UFRJ - Ana Caroline Almeida – orientações para feitura de uma reportagem, abordando mobilidade urbana.

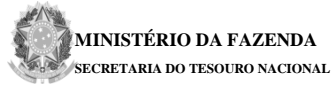
Acessibilização do Planetário da Gávea – Profa. da UERJ - Andrea Espínola: visita da Comissão ao Planetário, dando orientações e sugestões.

Dumativa – Vinicius Braga – Projeto de jogo para deficiente visual focado para plataforma móvel.

Colocação dos equipamentos contra incêndios nas dependências do IBC: ação conjunta da Comissão de Acessibilidade, dos professores de OM do DRT e do DED e do Departamento de Planejamento e Administração.

A Comissão de Acessibilidade trabalha não apenas com espaços físicos, produtos, equipamentos digitais, mas também fornece orientações e esclarecimentos a cerca do relacionamento com pessoas com deficiência visual, trabalhando condutas e atitudes que visão a obtenção de uma sociedade mais justa e verdadeiramente acessível.

8- DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 16/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-

Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			94.760.732,40	94.760.732,40
TOTAL	-	-	94.760.732,40	94.760.732,40
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	84.633.565,00	97.260.935,00	92.976.405,41	89.675.848,77	89.610.219,34	4.284.529,59
Pessoal e Encargos Sociais	59.379.340,00	71.938.836,00	68.973.034,52	68.973.034,52	68.972.794,60	2.965.801,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	25.254.225,00	25.322.099,00	24.003.370,89	20.702.814,25	20.637.424,74	1.318.728,11
DESPESAS DE CAPITAL	2.002.547,00	2.002.547,00	1.784.326,99	561.438,00	561.438,00	218.220,01

Investimentos	2.002.547,00	2.002.547,00	1.784.326,99	561.438,00	561.438,00	218.220,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	86.636.112,00	99.263.482,00	94.760.732,40	90.237.286,77	90.171.657,34	4.502.749,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	86.636.112,00	99.263.482,00	94.760.732,40	90.237.286,77	90.171.657,34	4.502.749,60
TOTAL	86.636.112,00	99.263.482,00	94.760.732,40	90.237.286,77	90.171.657,34	4.502.749,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.459.179,38	4.915.631,54	3.242.758,43	3.242.758,43	626,92	11.131.425,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.459.179,38	4.915.631,54	3.242.758,43	3.242.758,43	626,92	11.131.425,57
DESPESAS DE CAPITAL	710.098,07	1.327.908,59	529.672,61	529.672,61	-	1.508.334,05
Investimentos	710.098,07	1.327.908,59	529.672,61	529.672,61	-	1.508.334,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.169.277,45	6.243.540,13	3.772.431,04	3.772.431,04	626,92	12.639.759,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	706.679,00	271.436,67	270.399,19	500,00	707.216,48
Pessoal e Encargos Sociais	697.574,84	24.189,85	24.189,85	-	697.574,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.104,16	247.246,82	246.209,34	500,00	9.641,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	235.343,39	235.343,39	-	-
Investimentos	-	235.343,39	235.343,39	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	706.679,00	506.780,06	505.742,58	500,00	707.216,48

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

4 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Serão demonstrados a seguir, notas relativas ao Balanço Orçamentário e a Execução dos Restos a Pagar.

4.1 – Receitas

Neste exercício de 2017, podemos verificar que há um deficit de receita realizada de R\$90.760.732,40, que corresponde a execução dos empenhos emitidos deste Instituto, sendo este valor a parte que coube na divisão de todo a arrecadação do MEC, que poderá ser identificada no próprio balanço apresentado pelo MEC.

Já em relação a este Instituto, iremos demonstrar que nossa previsão Orçamentária no valor de R\$83.636.112,00 não foram suficiente para atender, havendo a complementação no valor de R\$12.627.370,00, totalizando o valor de R\$99.263.482,00.

Apesar de que devemos acrescentar ainda, que esta unidade não arrecada receitas próprias, sendo assim todo o crédito recebido é proveniente do Orçamento da União, realizado através do MEC e recebido pela PRO/LOA-2017, bem como a representatividade de nosso orçamento é maior sendo a destinada a pessoal, bem como a sua complementação.

Será demonstrado nas despesas a execução desde a sua complementação, bem como o percentual de sua complementação, como outras despesas correntes que parecem com o percentual de 99,73%, até mesmo sobre o valor de pessoal e encargos sociais que é de 87,01%, e dos 100% referente ao investimento, o que na realidade não é bem demonstrado é que dos totais da dotação atualizada em questão de todo o nosso orçamento é que a de pessoal e encargos sociais representa o percentual de 97,98% de todo o orçamento, seguido de outros despesas correntes com 25,50%, e o de

menor representação que é o de investimento, no percentual de 02,01%.

Tabela 1 – Dotação Recebida:

Dotação Recebida	Previsão do Orçamento Atualizada	Realização do Crédito	% Realização	% Composição
Crédito Corrente	99.263.482,00	94.760.732,40	95,46	95,46%

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Tabela 2 - Discriminação da Dotação Recebida por Grupo de Despesa

Grupo de Dotação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	% Composição	% sobre o Total da DT
Pessoal e Encargos Sociais	84.633.565,00	97.260.935,00	87,01	97,98%
Outras Despesas Correntes	25.254.225,00	25.322.099,00	99,73	25,50%
Investimentos	2.002.547,00	2.002.547,00	100,00	02,01%
Total	86.636.112,00	99.263.482,00	87,27%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

4.2 – Despesas

Compreende aos compromissos assumidos de gastos com os recursos públicos, autorizadas, com o fim de atender as necessidades deste Instituto, e ou seja, todos os Departamentos e Divisões, previstos e fixados no orçamento da união.

Conforme demonstramos, acima e abaixo, através da tabela, podemos verificar que a despesa empenhada corresponde a 95,46% do total do Crédito Recebido, e sendo as despesas correntes a que apresentam o maior percentual de execução, com 95,59%, e a despesa de capital representando o percentual de 88,10%, porém, havendo um bom aproveitamento, em se tratando de concretizações para a instituição.

Tabela 3 – Despesas por Categoria Econômica

Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução
Despesa Corrente	97.260.935,00	92.976.405,41	95,59
Despesas de Capital	2.002.547,00	1.784.326,99	89,10
Totais das Despesas:	99.263.482,00	94.760.732,40	95,46

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Ainda se tratando de despesas, vamos verificar que as despesas com pessoal e encargos sociais, apesar do valor ser bem mais alto, representa somente 95,87% de suas despesas empenhas, contra 94,79% despesas empenhadas de outras despesas correntes, e a de menor, porém, não sem importância, o investimento com 89,10%.

Tabela 4 – Despesas Correntes e de Capital

Grupo de Dotação	Dotação Atualizada	Dotação Empenhada	% Despesa Empenhada	% Empenho/Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	71.938.836,00	68.973.034,52	95,87	69,48
Outras Despesas Correntes	25.322.099,00	24.003.370,89	94,79	24,18
Investimentos	2.002.547,00	1.784.326,99	89,10	01,79
Total	99.263.482,00	94.760.732,40	95,46	-

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Vamos verificar ainda, os componentes, conforme abaixo, detalhadamente, onde foram empregadas as despesas acima, que pode parecer um grande volume, em questão, porém, em sua grande maioria é continua sendo, parte de nosso orçamento, despesas com pessoal, bem como através da tabela de n.º 6, podemos verificar que parte de outras despesas com custeio, diz respeito a somente auxílios destinados aos servidores, bem como residência médica e capacitação, e por último investimento. Verificaremos que em parte os recursos recebidos por esta unidade desitinada a manutenção da instituição é insuficiente, e ainda mais recebendo contingenciamentos e cortes, como tem acontecido.

Desta maneira, apesar das dificuldades a instituição tem resistido e procurado a melhorar, o que porém, esta fadada, pois sem os devidos recursos não há como melhorar atendimentos, ensinamento, produção de livros didáticos e exames e operações oftalmológica.

Tabela 5 – Despesas com Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais

Elemento Despesa	Empenhada	% Composição
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	26.412.635,68	38,32
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	21.252.972,60	30,83
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	9.892.229,84	14,37
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.016.211,07	8,75
OBRIGACOES PATRONAIS	5.293.275,89	7,71
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	97.130,39	0,02
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	8.579,05	0,00
Total	68.973.034,52	100,00

Fonte Siafi 2017

Tabela 6 – Outras Despesas Correntes – Elemento de Despesa

Elemento Despesa	Empenhada	% Composição
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.211.298,91	63,37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.984.329,20	12,43
AUXILIO-ALIMENTACAO	1.471.731,50	06,13
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.353.385,73	05,64
MATERIAL DE CONSUMO	748.949,94	03,13
INDENIZACOES E RESTITUICOES	583.410,67	02,44
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	526.540,82	02,2
AUXILIO-TRANSPORTE	467.751,97	01,95
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	242.743,84	01,02
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	166.410,53	00,70
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	119.572,05	00,51
MATERIAL, BEM OU SERVICIO PARA DIST.GRATUITA	46.089,92	00,20
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	31.418,81	00,14

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.249,00	00,13
PENSOES ESPECIAIS	22.488,00	00,00
Total	24.003.370,89	100,00

Fonte Siafi-2017

Tabela 7 – Despesas com Capital – Investimento

Elemento Despesa	Empenhada	% Composição
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.385.495,87	77,65
OBRAS E INSTALACOES	398.831,12	22,35
Total	1.784.326,99	100,00

Fonte Siafi-2017

4.3 – Restos a Pagar

Para podermos elaborar quaisquer notas explicativas e ou demonstrativas, devemos lembrar que Restos a Pagar, são oriundos de exercícios anteriores, bem como, também, que devido a liberação e descentralizações de recursos, por parte da Secretaria de Planejamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que sempre ocorre nos últimos dias para emissão de empenhos, e podermos empenhar diversos processos, que damos andamento durante todo o exercício, tanto necessário a unidade, acaba que toda a execução dos serviços e ou aquisções, ocorre sempre no exercício seguinte, daí a origem de tantos Restos a Pagar e ou compromissos assumidos em anos anteriores.

Poderemos verificar, que devido a isso, existem ainda restos a pagar de outros exercícios anteriores, devido a obras ainda em andamento, bem reajustes a serem quitados, e apesar de já existirem, alguns pagamentos as firmas, porém, devido aos repasse financeiros insuficientes, não há como liquidar, sendo assim a conta gotas, vamos quitando.

Tabela 8 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos e Processados e Não Processados

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS-2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.038.474,64	3.009.531,10	2.588.694,40	2.587.958,15	131,96	9.459.915,63
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.038.474,64	3.009.531,10	2.588.694,40	2.587.958,15	131,96	9.459.915,63
DESPESAS DE CAPITAL	122.402,59	1.899.669,89	1.311.974,41	1.076.631,02	-	945.441,46
Investimentos	122.402,59	1.899.669,89	1.311.974,41	1.076.631,02	-	945.441,46
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.160.877,23	4.909.200,99	3.900.668,81	3.664.589,17	131,96	10.405.357,09

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS-2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	121.816,46	699.189,78	107.234,73	7.092,51	706.679,00
Pessoal e Encargos Sociais	114.723,95	593.937,16	11.086,27	-	697.574,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.092,51	105.252,62	96.148,46	7.092,51	9.104,16
DESPESAS DE CAPITAL	16.100,00	3.230,19	19.330,19	-	-
Investimentos	16.100,00	3.230,19	19.330,19	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	137.916,46	702.419,97	126.564,92	7.092,51	706.679,00

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS-2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.459.179,38	4.915.631,54	3.242.758,43	3.242.758,43	626,92	11.131.425,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.459.179,38	4.915.631,54	3.242.758,43	3.242.758,43	626,92	11.131.425,57
DESPESAS DE CAPITAL	710.098,07	1.327.908,59	529.672,61	529.672,61	-	1.508.334,05
Investimentos	710.098,07	1.327.908,59	529.672,61	529.672,61	-	1.508.334,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.169.277,45	6.243.540,13	3.772.431,04	3.772.431,04	626,92	12.639.759,62

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS-2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	706.679,00	271.436,67	270.399,19	500,00	707.216,48
Pessoal e Encargos Sociais	697.574,84	24.189,85	24.189,85	-	697.574,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.104,16	247.246,82	246.209,34	500,00	9.641,64
DESPESAS DE CAPITAL	-	235.343,39	235.343,39	-	-
Investimentos	-	235.343,39	235.343,39	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	706.679,00	506.780,06	505.742,58	500,00	707.216,48

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

Verificamos que houve sensível aumento, quanto ao crescimento de Restos a Pagar em 2017, se comparado com 2016, porém, verificamos que em 2017, houve a tentativa de pagamento para liquidação dos mesmos, porém, conforme já informado devido aos poucos recursos recebidos por esta unidade, se torna quase impossível liquidá-los, e que enquanto houve os contrngenciamentos de orçamento, com a liberação dos mesmos no último mês não deixará de haver Restos a Pagar.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 16/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	94.760.732,40	83.447.523,55
Ordinárias	-	-	Ordinárias	47.770.602,03	29.537.435,08
Vinculadas	-	-	Vinculadas	46.990.130,37	53.910.088,47
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Educação	46.944.040,45	47.626.335,37
			Seguridade Social (Exceto RGPS)	46.089,92	6.283.753,10
Transferências Financeiras Recebidas	95.779.644,76	80.874.413,47	Transferências Financeiras Concedidas	48.495,76	80.824,60
Resultantes da Execução Orçamentária	87.664.737,41	76.986.336,39	Resultantes da Execução Orçamentária	3.178,70	-
Repasse Recebido	46.089,92	43.760,00	Repasse Concedido	3.178,70	-
Sub-repasse Recebido	87.618.647,49	76.942.576,39	Independentes da Execução Orçamentária	45.317,06	80.824,60
Independentes da Execução Orçamentária	8.114.907,35	3.888.077,08	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	11.086,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.702.523,86	3.514.934,69	Movimento de Saldos Patrimoniais	45.317,06	69.738,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	412.383,49	373.142,39	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	4.669.703,49	6.603.467,08	Despesas Extraorçamentárias	4.313.484,99	3.817.734,80
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	65.629,43	270.700,42	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	505.742,58	126.564,92
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.523.445,63	6.243.540,13	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.772.431,04	3.664.589,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.311,37	19.488,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.311,37	19.488,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	45.317,06	69.738,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	7.092,51
Arrecadação de Outra Unidade	45.317,06	69.738,33	Demais Pagamentos	-	7.092,51
Saldo do Exercício Anterior	1.498.324,98	1.366.527,38	Saldo para o Exercício Seguinte	2.824.960,08	1.498.324,98
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.498.324,98	1.366.527,38	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.824.960,08	1.498.324,98
TOTAL	101.947.673,23	88.844.407,93	TOTAL	101.947.673,23	88.844.407,93

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

5 – Balanço Financeiro – Notas Explicativas

De acordo com o artigo 103, Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964:

“O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Conforme acima demonstrado, em ingressos, se tratando de Restos a Pagar, se formos comparar com o exercício de 2016, teremos - 72,45% de inscrições em Restos a Pagar Não Processados, e inscritos, -24,24% de Restos a Pagar Processados em 2017, que conforme já acrescentado, não só pela subtração da LDO/2017, destinada a esta Instituição, já em dispêndios, poderemos verificar o já afirmado, que estamos tentando a cada ano, juntos a empresas, liquidar os restos a pagar, pois no exercício de 2017, direcionamos os pagos recursos recebidos para pagamento, que apesar de ter crescido +97,14% de Restos a Pagar Não Processados e +25,04% de Restos a Pagar Processos, do que no exercício de 2016.

Também devemos acusar o recebimento da liberação de crédito, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com um crescimento em 2017, se comparado ao exercício de 2016 de 94,94%, que apesar de parecer pouco em termos de aquisição alimentar, tem ajudado bastante esta instituição, aliviando nossos poucos recursos, para a aquisição de alimentos para os nossos alunos.

Houve também a liberação através de crédito, para diversas unidades do MEC, no valor de R\$3.178,70, que foram disponibilizadas para pagamento de seus professores, que realizaram avaliações de nossos docentes, para efeitos do Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, bem pagamento diretos e executados a outros professores, tendo em vistas as Instituições pertencentes terem se recusado a incluir em folha.

Devemos acusar porém, também, que para dar continuidade nos pagamentos não só de Restos a Pagar Não Processados, como Processados, o valor de R\$1.326.635,10, para o exercício seguinte de 2018, sendo este a mais do que do ano anterior em 53.03%.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 16/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.653.089,10	1.379.452,40
INGRESSOS	95.860.273,19	80.963.640,00
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	95.860.273,19	80.963.640,00
Ingressos Extraorçamentários	35.311,37	19.488,20
Transferências Financeiras Recebidas	95.779.644,76	80.874.413,47
Arrecadação de Outra Unidade	45.317,06	69.738,33
DESEMBOLSOS	-93.207.184,09	-79.584.187,60
Pessoal e Demais Despesas	-87.686.698,45	-74.837.681,79
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-

Previdência Social	-32.775.426,55	-27.866.390,84
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-54.911.271,90	-46.971.290,95
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-5.436.678,51	-4.639.100,50
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-5.436.678,51	-4.639.100,50
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-83.807,13	-107.405,31
Dispêndios Extraorçamentários	-35.311,37	-19.488,20
Transferências Financeiras Concedidas	-48.495,76	-80.824,60
Demais Pagamentos	-	-7.092,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.326.454,00	-1.247.654,80
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.326.454,00	-1.247.654,80
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.326.454,00	-1.247.654,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.326.635,10	131.797,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.498.324,98	1.366.527,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.824.960,08	1.498.324,98

Fonte: Tesouro Gerencial (Controle Orçamentário)-2017

6 – Demonstração de Fluxo de Caixa – Notas Explicativas.

Por si só, vem somente demonstrar o já relacionado e demonstrado acima, em referência o Balanço Financeiro, e que para tanto, demonstra o que foi dito, quanto ao saldo de R\$1.326.635,10, no qual esperamos quitar no exercício de 2018, alguns Restos a Pagar, não só Processados bem como Não processados.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 16/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	7.229.844,95	2.989.001,27	PASSIVO CIRCULANTE	2.211.010,47	2.375.514,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.824.960,08	1.498.324,98	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.116.411,66	1.106.016,64
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.643.492,98	939.273,08	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	963.112,75	1.095.956,32
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	761.391,89	551.403,21	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	131.486,06	173.541,53
ATIVO NAO CIRCULANTE	55.245.481,85	54.435.665,82	PASSIVO NAO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	2.211.010,47	2.375.514,49
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	55.006.485,05	54.196.669,02	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	14.434.055,69	13.797.713,60	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	14.465.454,83	13.829.112,74	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-31.399,14	-31.399,14	Resultados Acumulados	60.264.316,33	55.049.152,60
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	5.284.853,53	353.191,96
Bens Imóveis	40.572.429,36	40.398.955,42	Resultados de Exercícios Anteriores	55.049.152,60	55.215.061,48
Bens Imóveis	40.970.482,01	40.541.572,08	Ajustes de Exercícios Anteriores	-69.689,80	-519.100,84

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-398.052,65	-142.616,66	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.264.316,33	55.049.152,60
Intangível	238.996,80	238.996,80			
Softwares	238.996,80	238.996,80			
Softwares	238.996,80	238.996,80			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	62.475.326,80	57.424.667,09	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62.475.326,80	57.424.667,09

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	2.848.089,29	1.521.454,19	PASSIVO FINANCEIRO	17.937.415,66	17.627.641,14
ATIVO PERMANENTE	59.627.237,51	55.903.212,90	PASSIVO PERMANENTE	1.186.686,47	1.160.690,93
			SALDO PATRIMONIAL	43.351.224,67	38.636.335,02

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	417.690,45	597.323,40	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.353.550,78	9.021.307,70
Execução dos Atos Potenciais Ativos	417.690,45	597.323,40	Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.353.550,78	9.021.307,70
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	417.690,45	597.323,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	8.353.550,78	9.021.307,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	417.690,45	597.323,40	TOTAL	8.353.550,78	9.021.307,70

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-543.379,62
Recursos Vinculados	-14.545.946,75
Educação	-14.176.244,66
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-38.385,55
Operação de Crédito	369,05
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	611.176,26
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-942.839,86
Demais Recursos	-21,99
TOTAL	-15.089.326,37

7 – Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos – Notas Explicativas

Iremos a seguir detalhar os fatos mais relevantes ocorridos no exercício de 2017.

Crédito e Valores a Curto Prazo no valor de R\$3.643.492,98, em ativo circulante, representa este os seguintes valores:

Composição:

2017		2016		% Comparação
Pagamento de 13º salário	3.453.034,08	Pagamento de 13º salário	790.042,17	22,87
Pagamento de adicional de férias	17.644,04	1/3 de férias	17.644,04	0,00

Salários e vencimentos antecipados	149.685,65	Salário, ordenados antecipado	108.457,66	72,45
IRRF a compensar	12.657,84	IRRF a compensar	12.657,84	0,00
Pcss a compensar	10.471,37	CPSS a compensar	10.471,37	0,00
Totais	3.643.492,98	Totais	939.273,08	25,77

Fonte Siafi – 2017-2016

Se comparamos com o exercício de 2016, houve um crescimento de 25,77%, sobre 2017, referente as despesas com pessoal, apesar porém, que tais créditos a curto prazo deveriam se encontrar zerados nos finais de cada exercício, sendo que esta unidade irá providenciar no exercício de 2018.

Ainda em Ativo Circulante o valor de R\$761.391,89, representa o valor de materiais de consumo em estoque e em outras contas em aberto:

Registrado em Estoque em almoxarifado	2017	2016	% comparativo
Material químico	4.405,59	0,00	100,00
Material de expediente	32.599,46	43.944,42	-74,18
Material de processamento de dados	169.384,50	68.892,83	40,67
Material de copa e cozinha	13.888,59	28.477,40	-48,77
Material de limpeza e produtos de higienização	3.874,89	4.754,59	97,42

Material para manutenção de bens imóveis/instalações	315.709,12	307.566,30	97,42
Material elétrico e eletrônico	1.089,00	37.851,20	-02,87
Ferramentas	38,93	133,85	-29,08
Total	540.990,08	491.620,59	90,87

Fonte Siafi – 2017-2016

Registrado em outras contas – em almoxarifado não estoque	2017	2016	%comparativo
Material de construção	10.541,40	4.409,40	41,82
Medicamentos e material hospitalar	11.000,00	11.000,00	0,00
Material gráfico	177.555,00	0,00	0,00
Material de expediente	17.505,41	17.505,41	0,00
Material de consumo estoque interno p/distribuição	3.800,00	25.067,81	-15,15
Mercadoria para revenda	0,00	1.800,00	0,00
Total	220.401,81	59.782,62	27,12

Fonte Siafi – 2017-2016

Apesar de materiais em estoque no almoxarifado ter subido em 2017, na base de 90,87%, materiais registrados em outras contas, que não estoque em almoxarifado, sofreram também, um acréscimo de 27,12%, ocorre, porém, que estes materiais contabilizados em outras contas, deveriam estar zeradas, e ou, contabilizadas em estoque em almoxarifado.

Sendo assim, no que diz respeito a contabilização do ativo circulante, sobre as contas: demais créditos e valores a curto prazo e

as demais contas de almoxarifado, conforme discriminado acima, deveriam estar zeradas, o que serão no exercício de 2018, pois como demonstrado já vem ocorrendo tais erros desde os outros exercícios.

Ativo Não Circulante – Bens Móveis – no valor de R\$14.434.055,59 em 2017 e 2016 o valor de R\$13.797.713,60, que compreende um aumento de 95,99%, se comparado com o exercício de 2016 e assim distribuídos:

Materiais Bens Móveis	2017	2016	% composição
Aparelhos de medição e orientação	10.650,35	10.650,35	00,00
Aparelhos e equipamentos de comunicação	26.674,07	25.391,62	95,19
Equipamentos/utensílios médicos/odontológico	1.871.437,74	1.869.707,75	-99,90
Aparelhos e equipamentos para esporte	141.744,17	142.644,17	-99,36
Equipamento de proteção e segurança	45.151,72	40.273,70	89,19
Máquinas e equipamentos industrial	25.188,80	25.188,80	00,00
Máquinas e equipamentos energéticos	59.848,00	61.643,40	-97,08
Máquinas e equipamentos gráficos	5.776.896,43	5.776.896,43	00,00
Máquinas e equipamentos e utensílios	52.693,26	52.693,27	-99,99
Equipamentos hidráulicos e elétricos	50.588,38	50.588,38	00,00
Máquinas , utensílios e equipamentos	94.584,72	93.539,60	98,89
Equipamentos de processamento de	2.062.368,72	1.977.137,88	95,86

dados			
Aparelhos e utensílios domésticos	773.361,56	622.396,56	80,47
Máquinas e utensílios domésticos	268.363,44	268.911,47	-99,79
Mobiliários em geral	1.045.870,33	1.055.314,22	-99,10
Coleções e materiais biográficos	34.995,77	34.995,77	00,00
Instrumentos musicais e artísticos	15.726,57	15.726,58	-99,99
Equipamento para áudio, vídeo e foto	480.729,55	481.352,19	-99,87
Obras de arte e peças para exposição	14.725,85	14.725,85	00,00
Veículos em geral	11.494,15	13.383,52	85,88
Veículos de tração mecânica	622.669,85	622.669,85	00,00
Estoque interno	563.902,28	566.472,26	-99,54
Material de uso duradouro	8.539,12	6.809,12	79,74
Outros bens móveis	407.250,00	0,00	100,00
total	14.465.454,83	13.829.112,74	95,60

Fonte: SIAFI-2017-2016

SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - 02/04/2018

<http://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp> 1/1

Consulta Imóvel por UG

[Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União](#)

Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

Parâmetros da Pesquisa

Proprietário Oficial :Todos

UF :Todas

Situação :Ativo Certificação :Ambos

UG : 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ

Valores em R\$

Terreno : 17.475.207,33

Total de Imóveis: 2 Benfeitoria : 4.000.000,00

Imóvel : 21.475.207,33

UF : RJ - Rio de Janeiro

Valores em R\$

Terreno : 17.475.207,33

Total de Imóveis: 2 Benfeitoria : 4.000.000,00

Imóvel : 21.475.207,33

Município : 6001 - RIO DE JANEIRO

Valores em R\$

Terreno : 17.475.207,33

Total de Imóveis: 2 Benfeitoria : 4.000.000,00

Imóvel : 21.475.207,33

RIP : 6001.03760.500-4

Avenida PASTEUR, 350

URCA

CEP 2 2290-250

Valores em R\$

Terreno : 16.781.040,33

Benfeitoria : 1.500.000,00

Imóvel : 18.281.040,33

RIP : 6001.03761.500-0

Avenida PASTEUR, 368

URCA

CEP 2 2290-255

Valores em R\$

Terreno : 694.167,00

Benfeitoria : 2.500.000,00

Imóvel : 3.194.167,00

Informações extraídas em 02/04/2018 17:31

Imprimir

Secretaria do

Referente à reavaliação ocorrida nos Bens Móveis dessa Unidade.

As diferenças ocorridas, entre a passagem de 2016 para 2017, negativada em alguns bens móveis relacionadas acima, se deve principalmente pelas baixas ocorridas, de alguns bens que se tornaram inservíveis, bem como em exercícios anteriores, houve a depreciação/amortização/exaustão de alguns bens móveis, e esta unidade ainda continua a aguardar e ou conseguir um programa de possa já ao mesmo tempo, possa fazer desde sua aquisição, e sendo assim foi considerado nos valores, nominalmente apresentados, a diminuição de R\$31.399,14.

No Passivo Circulante podemos observar, que houve uma queda quanto ao curto prazo, ou seja, fornecedores a pagar, de -89,70%, tendo em vista esta unidade, tentar de não deixar qualquer pagamento para o exercício seguinte, o que porém, como já explicado anteriormente, os subrepases devido aos contingenciamentos, tem em muito dificultado, vejamos a discriminação:

Métrica		Saldo R\$ (Conta Contábil)			
Conta Contábil		Curto Prazo		Total	
Fornecedor		014/2017	014/2016	014/2017	014/2016
16704754000162	AATBF COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS EIRELI - ME	1.080,00		1.080,00	
20431975000181	AJV PAPELARIA E BAZAR EIRELI - ME	0,00	6.899,96	0,00	6.899,96
03372304000178	ANGEL'S SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	46.913,58	0,00	46.913,58	0,00
07526530000206	COMBRAS 2000 COMERCIO E LOCACAO DE CONTEINERES LTDA - E	2.524,00	0,00	2.524,00	0,00
11186469000183	COMERCIAL SANTANA WERNECK LTDA - ME	0,00	318,94	0,00	318,94

03686915000190	DATA CERTA ENTREGAS RAPIDAS LTDA - ME	0,00	1.777,00	0,00	1.777,00
03238053000133	DEF INSET DEDETIZACAO LTDA	3.554,16	3.554,16	3.554,16	3.554,16
17863725000106	EDIMALDO GOMES DE ALMEIDA	0,00	360,00	0,00	360,00
23153578000183	EYENEST ASSISTENCIA MEDICA ANESTESIOLOGICA - ME	47.719,85	0,00	47.719,85	0,00
07830252000197	GIOMEN COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	0,00	348,40	0,00	348,40
30072672000173	GRAFICA FALCAO LTDA - EPP	0,00	319,56	0,00	319,56
11012016000130	GREEN PAPER COMERCIO EIRELI - EPP	0,00	2.940,00	0,00	2.940,00

67423152000178	IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA	9.237,71	0,00	9.237,71	0,00
12161579000153	IEZIDE LEA GERALDI VIEIRA 07333830764	500,00	500,00	500,00	500,00
60444437000146	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	45.739,72	45.739,72	45.739,72	45.739,72
61074175000138	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	244,84	244,84	244,84	244,84
29212545000143	NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA	194.999,25	206.473,19	194.999,25	206.473,19
04390887000122	PADARIA MARIA FARINHA LTDA - ME	0,00	282,68	0,00	282,68

00771306000141	PREMIAR COMERCIO DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES LTDA	0,00	1.838,88	0,00	1.838,88
07607703000121	SIMPLESAUDE08 CONSULTORIA EM SERVICOS DE SAUDE - EIRELI	18.197,49	0,00	18.197,49	0,00
12940566000182	SOLUCOES MANUTENCAO E REPARACAO LTDA - ME	2.387,50	0,00	2.387,50	0,00
09640008000197	STC DERRICK SERVICOS TECNICOS LTDA - EPP	0,00	89.405,40	0,00	89.405,40
08076692000163	TECHNISCHE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP	0,00	145.937,99	0,00	145.937,99

29000841000180	TECNISAN TECNICA DE SERVICOS E COMERCIO LTDA	565.822,18	564.823,13	565.822,18	564.823,13
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	416,69	416,69	416,69	416,69
08088541000125	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCAÇAO EIRELI	23.775,78	23.775,78	23.775,78	23.775,78
Total		963.112,75	1.095.956,32	963.112,75	1.095.956,32

Vale ressaltar também, que alguns saldos foram mantidos, de 2016, devido ao pagamento de exercícios anteriores, correspondendo a reajustes e outros devido ainda, e sendo pagos, de acordo com o fornecimento e ou prestação de serviços, em Restos a Pagar assim distribuídos:

Saldo proveniente de Exercícios Anteriores - Pagamento de Restos a Pagar - Financeiro

CNP	FORNECEDOR	VALOR - R\$
02558157000162	Telefônica Brasil SA	416,69

03238053000153	Def Inset Dedetização Ltda	3.354,16
03372304000178	Angel's Segurança e Vigilância Ltda	46.913,58
12940566000182	Soluções Manutenção e Reparação Ltda-ME	2387,50
16704754000164	AATB Coleta de Resíduos Perigosos EIRELI-ME	1.080,00
23153578000183	Eyenesst Assistência Médica Anestesiologia-ME	47.719,85
290001841000180	Tecnisan Técnica de Serviços e Comércio Ltda	999,05
29212545000143	Nova Rio Serviços Gerais Ltda	194.999,25
67423152000178	IBG Indústria Brasileira de Gases Ltda	7.201,71
Total		305.271,79

Saldo Proveniente de pagamento de Exercícios Anteriores-2016-passivo

CNP	FORNECEDOR	VALOR - R\$
07526530002-06	Combrás 2000 Comercio Locação de Containeres Ltda	2.524,00
076077030001-21	SimplesSaúde08 Consultória em Serviços de Saúde - EIREI	18.197,49
08088541000125	World Turismo Transporte e Locação - EIRELI	23.775,28
12161579000153	Iezide Lea Geraldi Vieira-07333830764	500,00
29000841000180	Tecnisan Técnica de Serviços e Comércio Ltda	564.823,13
60444437000146	Light Serviços de Eletricidade S/A	45.735,72
61074175000138	Mapfre Seguros Gerais S/A	244,54
67423152000128	IBG Indústria Brasileira de Gases Ltda	2.036,00
Total		657.840,96

De acordo com os lançamentos efetuados em Fornecedores Contas a Pagar a Curto Prazo o valor de R\$657.840,96, foi quitado e pago em 2016, o que porém, continuou os lançamentos efetuados por sua inscrição em Pagamento de Exercícios Anteriores, nos termos do artigo 37, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, deverá ser baixada neste exercício de 2018.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 152004 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT-RJ
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2017
 PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE (Encerrado) (Fechado)
 EMISSÃO 16/02/2018
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	95.824.961,82	81.066.344,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	95.779.644,76	80.874.572,49
Transferências Intragovernamentais	95.779.644,76	80.874.413,47
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-

Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	159,02
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	122.033,75
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	122.033,75
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.317,06	69.738,33
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	45.317,06	69.738,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	90.540.108,29	80.713.152,61
Pessoal e Encargos	37.436.980,33	29.548.980,41
Remuneração a Pessoal	29.393.353,86	22.413.094,13
Encargos Patronais	5.390.406,28	4.459.878,60
Benefícios a Pessoal	2.653.220,19	2.676.007,68
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.540.117,41	27.903.805,95
Aposentadorias e Reformas	21.906.705,42	18.724.107,31
Pensões	9.600.837,06	9.144.925,65
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.574,93	34.772,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	20.741.851,08	21.946.634,49
Uso de Material de Consumo	1.320.912,99	1.632.899,92
Serviços	19.165.502,10	20.242.559,60
Depreciação, Amortização e Exaustão	255.435,99	71.174,97
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	75.363,57	80.824,60

Transferências Intragovernamentais	48.495,76	80.824,60
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	26.867,81	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	25.858,59	89.924,81
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	25.858,59	89.924,81
Tributárias	119.572,05	186.688,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.874,88	1.759,56
Contribuições	117.697,17	184.928,76
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	600.365,26	956.294,03
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	596.255,71	954.613,49
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.109,55	1.680,54
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	5.284.853,53	353.191,96

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

8 – Variações Patrimoniais – Notas Explicativas

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

Transferências e Delegações Recebidas

Conforme verificado corresponde a todo o crédito recebido para pagamento de folha de pagamento e demais vantagens e variações da folha, bem como recolhimento de encargos sociais.

Nas variações Patrimoniais Diminutivas

Quanto a esta corresponde a todo o valor pago em termos de folha de pagamento de demais recolhimentos de encargos sociais e imposto de renda de pessoa física.

Compreende também o pagamento de inativos e pensionistas ocorridos durante todo o exercício.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Corresponde a todo o Material de Consumo adquirido durante o exercício de 2017, bem como todo o estocável, menos toda a

depreciação, amortização e exaustão executada.

- Sistemática de apuração de custos na unidade

Somos uma unidade da administração pública federal direta, sendo assim, subordinados diretamente ao Ministério da Educação, onde este responde pelos próprios programas e informações pertinentes a este. Cabe apenas a esta unidade, executar ações, a nos pertinentes, repassando e prestando informações diretamente a Contabilidade do próprio MEC. Sendo assim, cabe ao Ministério da Educação, tais informações.

- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas referentes ao 4º trimestre de 2015:

Este item já foi demonstrado acima através da análise dos balanços.

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações TCU

O IBC não teve no exercício de 2017 recomendações do TCU

Quando houver recomendação, a Chefe de Gabinete fará o efetivo acompanhamento das recomendações.

9.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O IBC no exercício de 2017 atendeu as duas Recomendações que serão apresentadas a seguir:

RECOMENDAÇÃO	TEXTO
Recomendação: 159686- Atendida pelo IBC em 14/11/2017. Aguardando análise da CGU.	Adequar o local de depósito de todos os materiais, incluindo critérios de segurança contra incêndio e furto e considerando a conservação do material, com utilização de pallets.
Recomendação: 159689- - Atendida pelo IBC em 14/11/2017. Aguardando análise da CGU.	Agilizar a realização do devido processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 33/2015) para substituir o contrato emergencial com a empresa Tecnisan Técnica de serviços e Comércio Ltda., para contratação de mão de obra terceirizada para atender à Divisão de Imprensa Braille e demais setores envolvidos.

9.3-Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.

Não houve no exercício 2017 processo para apuração por dano ao Erário.

9.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993”

O IBC não conseguiu cumprir o cronograma de pagamentos em virtude da não descentralização de repasses pela SPO/MEC.

9.5- Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

O IBC não firmou contrato com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior no exercício.

9.6- Ações de Publicidade e Propaganda

Não foram realizadas no exercício de 2017.

10- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

As considerações referentes à gestão do exercício de 2017 já foram expressas no Relatório de Gestão ora apresentado.

Para que a instituição possa continuar cumprindo as metas estabelecidas no PPA 2016-2019 há necessidade premente de novos concursos públicos, prioritariamente, na área técnico-administrativa, já que na atualidade estamos vivenciando grandes dificuldades pelo esvaziamento de um corpo técnico verdadeiramente qualificado, o que vem dificultando o acompanhamento das demandas que a cada dia crescem mais.

Em vias de alteração de seu regimento interno o IBC passará por ampliações de competências no campo educacional, abrangendo a educação em nível médio profissional e a pós-graduação. É urgente o incremento do corpo técnico-administrativo assim como do próprio corpo docente, permitindo que as ampliações não sufoquem as ações já realizadas.

O IBC, como Centro de Referência Nacional possui ações que acontecem em seu campus como também outras que são disseminadas em todo o território nacional, fazendo-o uma instituição singular com a necessidade de uma força de trabalho altamente especializada e de singular relevância para as políticas públicas de educação especial.

O incremento do Programa de Residência Médica com a formalização do convênio entre a UNIRIO, EBSEH e o IBC vai trazer um crescimento de alta complexidade para o setor oftalmológico, que deve também ser observado pelas autoridades competentes para que possa ser beneficiado com os profissionais necessários para que a formação médica continue sendo de alto reconhecimento assim como o atendimento à população, tão carente de atendimento público na área da oftalmologia.

Desta forma, esperamos continuar desempenhando nossas ações e adicionar outras, favorecendo a inclusão verdadeira da criança, do jovem e do adulto com deficiência visual, promovendo o encaminhamento para o trabalho, prevenindo as causas da cegueira, atuando na formação continuada na área educacional e produzindo e distribuindo, gratuitamente, material didático para todo o país, enfim, disseminando o conhecimento adquirido em 163 anos de história